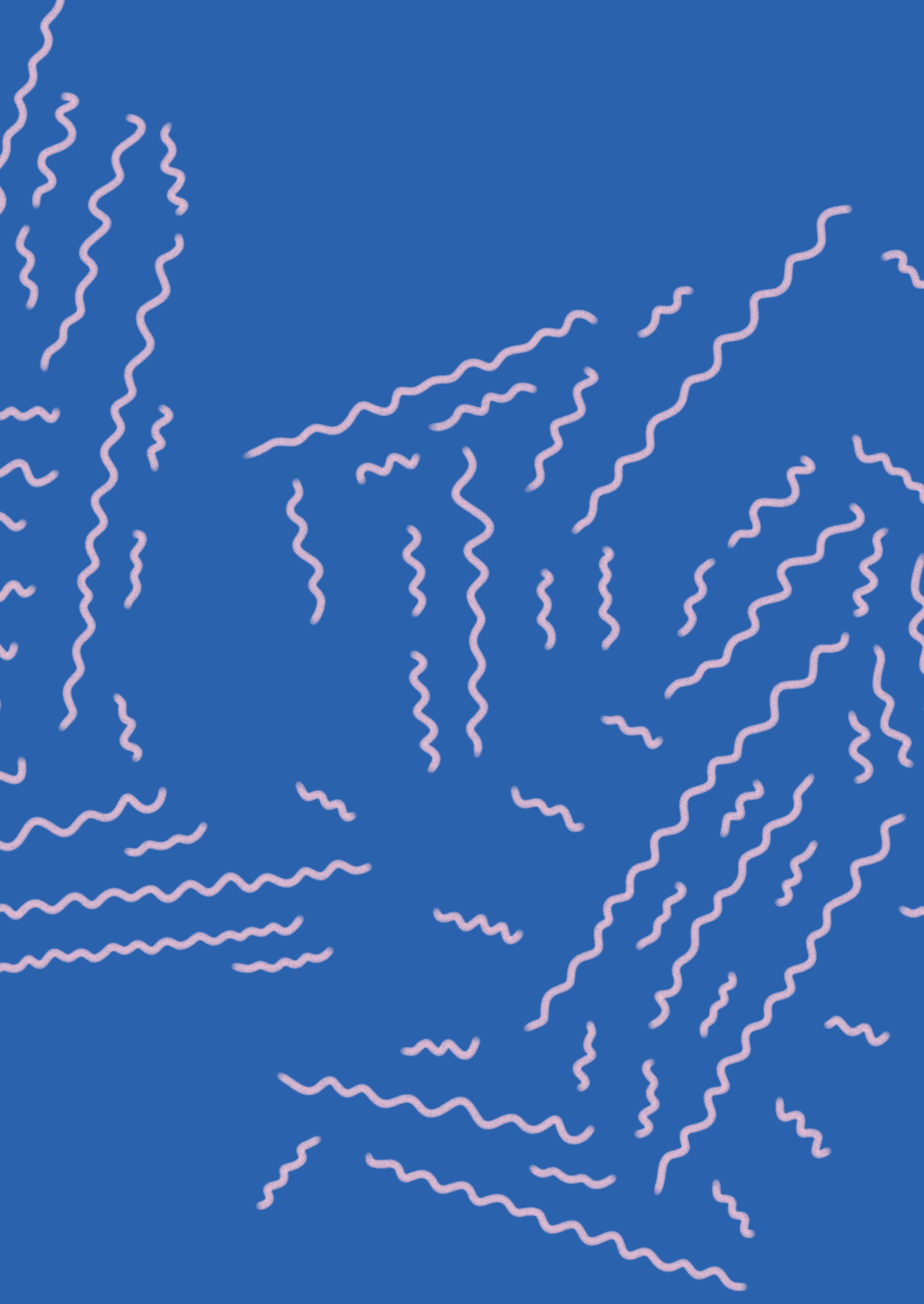
urban95

PROGRAMAS E SERVIÇOS

CADERNO DE BOAS PRÁTICAS VOLUME 2





urban95

PROGRAMAS E SERVIÇOS

CADERNO DE BOAS PRÁTICAS VOLUME 2

Iniciativa:
URBAN95

Idealização:
Van Leer FOUNDATION

Realização:
CECIP
CENTRO DE CRIAÇÃO DE IMAGEM POPULAR

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Programas e serviços [livro eletrônico]. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : CECIP, 2024. -- (Caderno de boas práticas ; 2) PDF

Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-86970-08-1

1. Cidades - Aspectos sociais 2. Governança corporativa 3. Infância - Aspectos sociais 4. Infância - Conduta de vida 5. Políticas públicas 6. Sustentabilidade social I. Série.

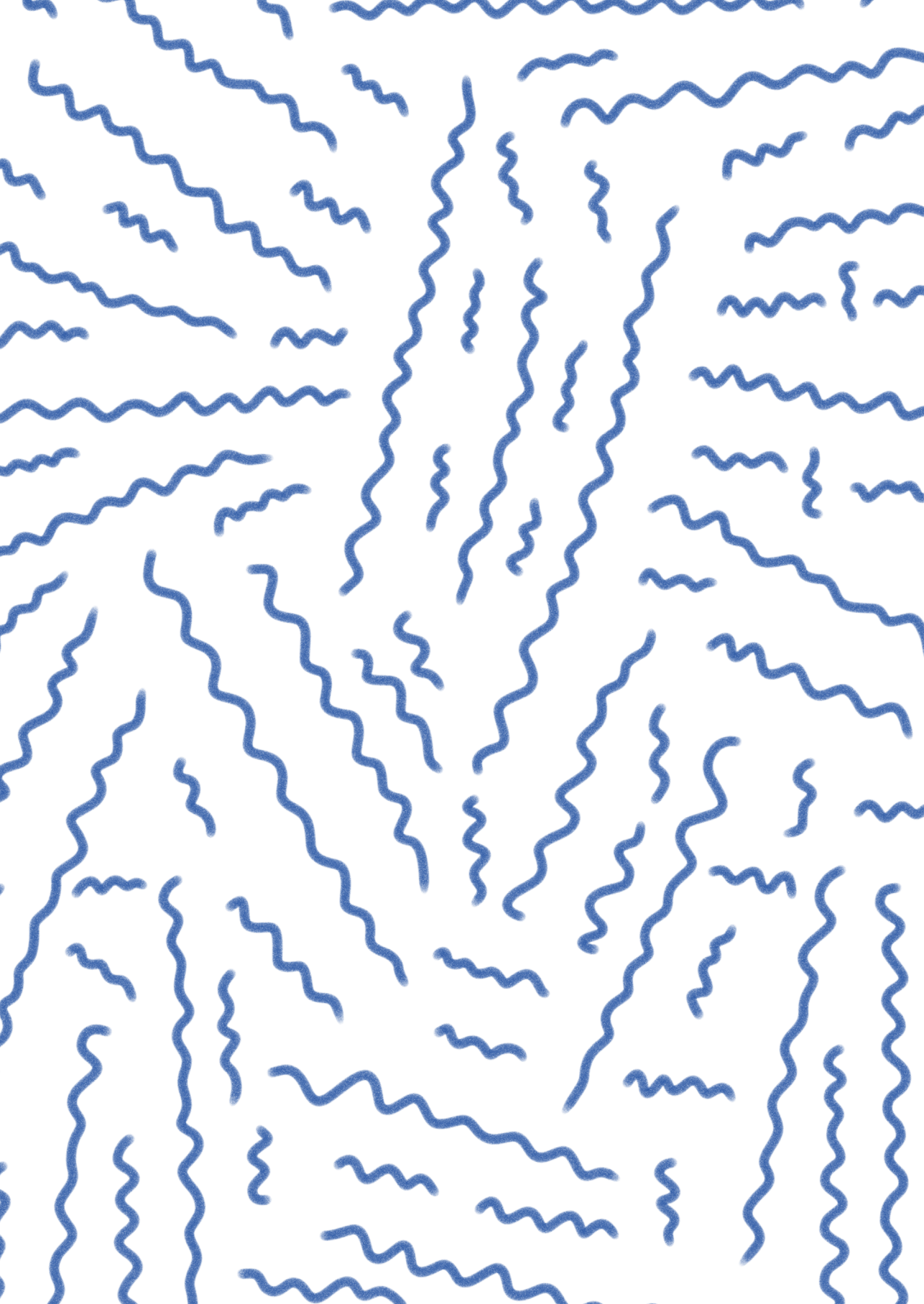
24-232850 CDD-305.23

Índice para catálogo sistemático:
1. Infância : Aspectos sociais : Sociologia 305.23

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Copyright © CECIP Centro de Criação de Imagem Popular

1ª edição
Digital (2024)



CECIP CENTRO DE CRIAÇÃO DE IMAGEM POPULAR | Direção
Diretor executivo: Claudius Ceccon
Diretora administrativa: Dinah Frotté
Coordenadora de projetos: Gianne Neves
Coordenador financeiro: Elcimar Oliveira

CECIP CENTRO DE CRIAÇÃO DE IMAGEM POPULAR | Equipe Urban95
Gerente de projetos e coordenadora Urban95: Isabella Gregory
Coordenação de projetos e supervisão Urban95: Bianca Antunes
Assistência de projeto e especialista em urbanismo: Marieta Colucci
Comunicação: Cecília Garcia e Isabela Morais
Articulação de formações: Rafaela Pacolla
Assistência administrativa e financeira: Roberta Maçãs

FUNDAÇÃO VAN LEER | Equipe
Representante no Brasil: Claudia Vidigal
Coordenadora de programas: Marina Arilha Silva e Thais Sanches
Administradora de programas: Beatriz Fumagalli
Articuladora da Rede Urban95 Brasil: Taís Herig
Consultora de avaliação e monitoramento: Karina Tollara d'Alkimin

URBAN95: CADERNO DE BOAS PRÁTICAS (VOL. 2)
Coordenação, concepção editorial e edição: Bianca Antunes
Pesquisa e textos: Cecilia Garcia, Cintia Marcucci, Isabela Morais e Monica Vidiz
Articulistas: Ana Claudia Arruda Leite, Isabella Gregory, Maria do Carmo Brant de Carvalho, Maria Thereza Marcilio, Paulo Bonilha, Rogério Morais, Vital Didonet
Revisão: Adriana Moreira Pedro
Projeto gráfico, diagramação e ilustração: Micrópolis (Vitor Lagoeiro, André Siqueira e Marcela Rosenburg)

Capa: Foto de Diane Sampaio/PMBV

sumário

10 **introdução**
Políticas para a primeira infância sob o olhar holístico da criança
por Vital Didonet

14 **capítulo 1**
Programas intersetoriais de primeira infância

30 **capítulo 2**
A saúde e a primeira infância

46 **capítulo 3**
Assistência social e primeira infância

62 **capítulo 4**
A educação infantil e as infâncias

76 **capítulo 5**
A criança e a cultura

90 **conclusão**
Desafios e perspectivas para a política de primeira infância no Brasil
por Isabella Gregory

94 **referências**

Em busca do inédito viável

No momento em que escrevo, há crises por toda parte: guerras que nos chocam pela absoluta desumanidade, aumento da xenofobia, do racismo, do antissemitismo, da islamofobia, de questões chamadas “de costumes”, de fakenews e de ataques a direitos adquiridos que afetam principalmente as mulheres. É preciso estar vigilante. Nesta crise de confiança, como encontrar um espaço de diálogo para discutir seriamente, pensando no bem comum, e para encontrar as soluções que superem nossos problemas estruturais?

Crises também são oportunidades. Acontecimentos como as inundações de 2024 no Sul do Brasil exigem que compreendamos que ações humanas não podem ter o lucro financeiro como único indicador de êxito. Desmatamento, monocultura e slogans de modernização andam juntos e produzem catástrofes. As cicatrizes pedem reflexão e inventividade: Como devem ser as cidades? A urbanista norte-americana Jane Jacobs dava uma receita simples: passagens mais frequentes para cruzar a rua, calçadas mais largas, com árvores e espaços de lazer. Já o geógrafo britânico David Harvey, em seu artigo “O direito à cidade”, nos lembra o quanto a cidade reflete quem somos e que tipo de relações sociais queremos ter com outras pessoas e com a natureza. **Para Harvey, o direito à cidade é um direito coletivo, mais do que individual, e o fazer e o refazer as cidades é um fazer e refazer a nós mesmos – um dos direitos humanos mais preciosos e, ao mesmo tempo, mais negligenciados.**

Nós, no CECIP, acreditamos em mudanças positivas. Paulo Freire cunhou a expressão “inédito viável”, isto é, o que nunca aconteceu, mas pode ser realizado. Aprendemos com a experiência da iniciativa Urban95 da Fundação Van Leer, coordenada no Brasil pelo CECIP, que soluções são possíveis, quando se trata do bem das crianças.

O CECIP, em seus quase quarenta anos de atuação, tem sido um lugar de formulação e experimentação de projetos em que educação e comunicação acessível se complementam. Nesses projetos, buscamos sempre reunir diversas vozes: a experiência de especialistas e também a da prática profissional cotidiana. Essa busca de soluções conjuntas e a escuta empática fazem parte do “jeito CECIP” de atuar.

Não há outro jeito de mudar a situação em que estamos, a não ser uma tomada de consciência, amplificada pela indignação, que nos faça trabalhar em rede e, ao mesmo tempo, eleger representantes que, de fato, defendam os interesses da população e, prioritariamente, os direitos das crianças.

CLAUDIUS CECCON é diretor executivo do CECIP Centro de Criação de Imagem Popular.

Urban95: Cidades à altura das crianças na primeira infância

Nos primeiros mil dias de vida, mais de um milhão de sinapses estão ocorrendo por segundo no cérebro de uma criança. É quando as crianças começam a falar, a andar e a aprender sobre o mundo e as relações ao seu redor. É um momento privilegiado do desenvolvimento humano, que queremos cuidar com especial atenção.

É nos municípios que as crianças vivem, é lá que as políticas públicas se materializam. A depender da oferta de programas e de serviços, o começo da vida pode ser marcado por vulnerabilidades ou repleto de oportunidades que favorecem o desenvolvimento pleno. Uma cidade boa para a primeira infância oferece para as crianças e seus cuidadores serviços de qualidade, acessíveis e para todos.

O modelo do cuidado integral apresenta cinco campos prioritários e indissociáveis: saúde, nutrição, proteção e segurança, cuidado responsivo e aprendizagem. As políticas públicas de saúde, educação, assistência, bem como as ofertas da cultura, esporte e lazer, têm o poder de transformar fatores de risco em fatores protetivos, apoiando as famílias nesses primeiros anos de vida.

O comprometimento político de gestores municipais com a primeira infância se revela na criação, ampliação e qualificação das ofertas de serviços viabilizando boas práticas como: Gestantes realizando os sete pré-natais recomendados; Aleitamento materno exclusivo até os 6 meses e extensivo até 2 anos sempre que possível e nutrição adequada; Crianças vacinadas e tendo seu desenvolvimento acompanhado pela caderneta da criança; Acesso à educação de qualidade, apoiando as famílias e favorecendo a aprendizagem; Participação em grupos de gestantes e mulheres no puerpério, favorecendo o bem-estar socioemocional dos cuidadores; e Participação em programas de transferência de renda e visitação domiciliar, no caso de famílias vulnerabilizadas.

Este caderno pretende compartilhar boas práticas relacionadas a programas e serviços voltados para a primeira infância nas cidades da iniciativa Urban95. Esperamos que possam servir de referência e inspiração para outras tantas ampliarem e qualificarem suas ofertas.

Compartilhando o que vem dando certo, facilitamos o caminho de quem, como nós, entende que toda criança merece um bom começo. É a partir da primeira infância que temos mais chances de quebrar ciclos de desigualdade, oferecendo oportunidades de uma vida plena para todos.

CLAUDIA VIDIGAL é representante no Brasil da Fundação Van Leer.

Políticas para a primeira infância sob o olhar holístico da criança

Por Vital Didonet

A primeira infância é, hoje, um dos grandes assuntos mundiais e o interesse por ela estende-se a quase todos os campos da atividade humana. Está presente na pesquisa científica; nos estudos acadêmicos; no discurso político; em declarações e convenções das Nações Unidas; em conferências internacionais, regionais, nacionais e locais; na legislação sobre direitos da pessoa; na agenda dos poderes legislativo, executivo e judiciário; na imprensa e nas redes sociais; nas políticas públicas; em projetos e programas governamentais; em diversas ações qualificadas de organizações da sociedade civil.

Termos chegado a tal nível de interesse é resultado de um longo processo de descoberta das infâncias e de autoexpressão das próprias crianças. Até o século 19, elas permaneceram restritas ao círculo doméstico e da família extensa. Dali, migraram para o espaço das instituições filantrópicas, religiosas, comunitárias e, mais tarde, também para as instituições públicas de serviços de saúde, educação e assistência social. A partir da segunda metade do século 20, a criança como indivíduo e a primeira infância como primeiro ciclo da vida entraram no foco de várias ciências, entre elas, a filosofia, a pedagogia, a biologia, a medicina, a psicologia, a sociologia da infância, a antropologia e, mais recentemente, a neurociência. Ocorreu também nesse período a definição da criança como detentora de direitos específicos da infância e da adolescência. Em decorrência desse reconhecimento e da atribuição do correspondente dever do Estado em garanti-los, a infância e a adolescência começam a ser pauta das políticas públicas.

Três das maiores iniciativas internacionais recentes estão levando as crianças ainda mais perto das decisões de grande alcance: os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, que as consideram não apenas beneficiárias, mas também pessoas-chave no alcance da sustentabilidade do Planeta; o pleito de organizações sociais pela participação das crianças nas Conferências Mundiais sobre o Clima (COP) – em particular na COP28, na cidade de Belém (PA) –, porque são elas as que mais sofrem com os eventos climáticos extremos; e a inclusão da primeira infância na agenda da próxima reunião do G20, que acontecerá no Brasil, em 2024, a fim de que as maiores economias do mundo se sensibilizem e cuidem das crianças no mundo todo.

Um novo passo foi dado nas últimas décadas do século passado por dois movimentos de visibilização da primeira infância. Um deles traz à luz as infâncias invisíveis e invisibilizadas, desimportantes para os grupos hegemônicos da sociedade – a das periferias empobrecidas e marginalizadas, a do campo, a negra, a indígena, a quilombola, a cigana, a ribeirinha e dezenas de

outras, citadas no decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016, que institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. O segundo movimento é a defesa do direito das crianças à cidade, elas mesmas participando da criação e desfrutando de espaços seguros, de interações, de lazer e brincadeiras, de convivência intergeracional e de contato com a natureza.

O fato de as crianças da primeira infância passarem a ser assunto focal de políticas sociais públicas – principalmente de saúde, educação, assistência social e proteção contra violação de seus direitos – expressa finalmente a compreensão de que as crianças são pessoas e sujeitos sociais de direitos e as infâncias têm papel de grande relevância no conjunto da vida humana.

Vários fatores contribuíram para o direcionamento dessa atenção. Entre eles, as ciências que estudaram o desenvolvimento nos primeiros anos de vida e constataram o impacto das experiências infantis, sobretudo as que têm densidade afetiva, mas também as sociais, cognitivas, linguísticas e artísticas, que formam as estruturas mentais e psíquicas da pessoa.

Da divisão de saberes à necessidade de pensar a criança como ser integral

Desde o século 19, com o positivismo, as ciências vêm aprofundando seu conhecimento e, para chegar cada vez mais fundo no objeto de estudo, foram se dividindo em áreas cada vez mais restritas. Como consequência, o conhecimento se fragmentou em inúmeras partes, tantas quantas são as especializações.

Mas o aprofundamento que leva à especialização corre em paralelo à perda da visão do todo. Se, de um lado, a especialidade possibilita o atendimento com maior precisão, de outro, ela pode não conhecer o todo, não fazer interações com outras especialidades, não perceber as conexões e interinfluências. A realidade é uma malha de interrelações e interdependências. Tudo está ligado a tudo, desde a ameba até o ser humano e sua consciência.

De forma semelhante, a administração pública também foi dividida em áreas de intervenção, isto é, em seções ou setores: saúde, educação, assistência social, cultura, segurança, proteção de direitos, meio ambiente, moradia etc.

Dessa forma, as políticas sociais públicas alcançaram um elevado grau de qualidade. Servem de exemplo as políticas nacionais de saúde, de educação, de assistência social e políticas estaduais e municipais dessas e de

outras áreas. Mas, ao lado da qualidade no foco de seu interesse imediato, elas sofreram o viés da especialização: a fragmentação dos serviços, com raro ou nenhum diálogo entre os setores. Se isso aconteceu na administração e nas políticas públicas, também sucedeu no conhecimento da criança e no atendimento de seus direitos.

O que importa e nos desafia agora é retornar à visão global. E a estratégia é o diálogo entre as especialidades e entre os setores de serviços. A forma segmentada não responde à compreensão das interrelações de tudo com tudo, nem ao respeito à criança como pessoa na integralidade do seu "eu".

A abordagem intersetorial é uma estratégia para recompor a visão global, porque os vários setores podem se aproximar com seus conhecimentos e práticas especializados e os integrar como peças de um quebra-cabeça, formando a imagem inteira da criança.

Uma segunda estratégia, talvez mais efetiva, é partir da concepção holística de criança já consagrada em nossa legislação e que faz parte da nossa experiência cotidiana no convívio com as crianças: *pessoa na inteira dignidade humana, sujeito social de direito, cidadã*. Essa concepção abriga as duas dimensões da pessoa: a da subjetividade, que a faz singular e única; e a da interdependência com o outro, dado que o ser humano é ontologicamente social. Em outras palavras, as dimensões do *ser-em-si* e do *ser-em-relação*.

O avanço que o conhecimento atual e as bem-sucedidas experiências políticas têm condição de produzir é a construção de uma política da primeira infância com olhar holístico da criança como pessoa e das múltiplas infâncias como ciclo de vida vivido nos seus contextos socioculturais, geográficos, históricos e econômicos. Isso implica atenção às singularidades e abrangência da diversidade. Mas, para isso, é preciso uma mudança radical no ponto de partida e no relacionamento com as crianças: não mais vertical, do adulto para a criança, mas horizontal, que vê a criança em si mesma e não como futuro imaginado a partir dos modelos adultos, e seu direito de viver a infância como criança. Trata-se de abandonar o adultocentrismo e adotar a observação sensível, o diálogo que também escuta, a participação que respeita o saber infantil e suas expressões.

É oportuno perguntar-nos se, em nossas relações habituais com as crianças e nas políticas públicas, esse olhar está sendo aberto e os direitos das crianças como pessoas e cidadãs estão sendo garantidos. A vulnerabilização e a desatenção a infâncias inteiras, a existência de crianças submetidas a condições de vida indignas numa sociedade em que fartura e desperdício estão escancarados em muitos lugares, a possibilidade de uma vida digna negada a muitas crianças, a violência contra seus corpos e mentes, a desconsideração de seus sentimentos, a insípida atenção às suas emoções, o desconhecimento e o pouco caso de sua vida psíquica, a opressão imposta por excessos de deveres domésticos e escolares, a discriminação racial, a resistência à inclusão por alguma deficiência etc. são atestados de que a dignidade e o respeito são direitos ignorados ou desprezados na vida de muitas crianças.

Para escrever uma política pública integrada para atendimento integral às crianças é preciso inicialmente fazer as seguintes perguntas: "O que é uma criança?" e "As crianças, quem são elas?".

Essas perguntas são um ato de coragem e de humildade, pois implica admitir que a resposta, necessária e reveladora, sempre será incompleta. A antropóloga Adriana Friedmann diz em seu livro intitulado *Jornadas autobiográficas* que duas ou mais pessoas, quando escutam ou observam as mesmas crianças, terão pontos de vista e percepções diversos umas das outras. Imaginemos a multidão de observadores e estudiosos das crianças, nas várias ciências! Para exemplificar com apenas uma ciência – a sociologia da infância: até essa tem diferentes abordagens que geram diferentes concepções de criança como ator social, tanto que Manuel Sarmento, em *Sociologia da infância: correntes e confluências*, recomenda o "diálogo interdisciplinar com todas as ciências que tomam o conhecimento das crianças como seu objeto científico".

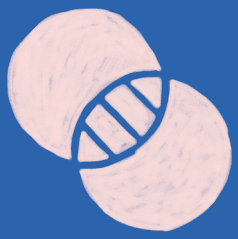
Há um território que as ciências não alcançam e chegam com dificuldade às suas margens, por isso, sozinhas não se bastam. O que as autoras de *Quem é o bebê hoje: a construção do humano na contemporaneidade* dizem na apresentação do livro pode ser estendido à criança na primeira infância:

> O bebê encarna as promessas e os riscos do futuro por sua condição, que sintetiza, ao mesmo tempo, não apenas as fantasias e anseios das gerações passadas encarnadas em seus pais, mas também os temores do estranho, daquele que chega trazendo algo do desconhecido, o do sabido não aceito, do inconsciente. Cada nascimento traz um enigma: é a chegada de um novo humano na cultura, por assim dizer um estrangeiro, que pede acolhimento. Se o bebê é estrangeiro, precisa ser adotado por uma cultura: pais, família, adulto, cuidador, rede social.

Uma política voltada às crianças das múltiplas infâncias com o objetivo de garantir que todos os seus direitos sejam atendidos com equidade precisa ter, entre outros, os seguintes requisitos:

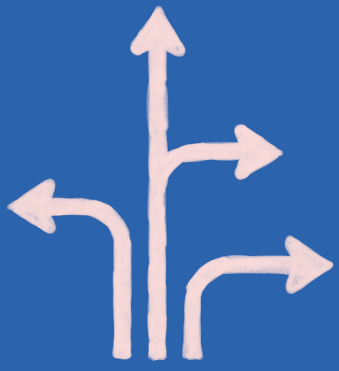
- Visão sistêmica da realidade, alargando as visões setoriais e verticais para a horizontalidade e a globalidade;
- Concepção holística da criança na sua dimensão identitária e singular e na sua dimensão social, de cidadã, de sujeito de interações;
- Integração dos conhecimentos especializados para prestar o atendimento mais eficiente e eficaz;
- Ação intersetorial desde o planejamento, durante a implementação e na avaliação;
- Não exclusividade ao conhecimento e à técnica, mas também admitindo que as crianças são, além de enigmas a serem constantemente decifrados, mistérios que se desvelam somente a quem as respeita, as admira e aprende com elas.

VITAL DIDONET é professor, especialista em educação infantil, direitos da criança e políticas públicas da primeira infância.



1 Programas intersetoriais de primeira infância







A implementação de programas que promovem a colaboração coordenada entre diferentes áreas emerge como uma estratégia fundamental na promoção do desenvolvimento pleno de bebês e crianças na primeira infância. É a tradução objetiva do entendimento da criança como ser integral – e que, portanto, precisa ser vista de forma integrada, criando uma rede de programas e serviços de saúde, educação, assistência social, cultura, mobilidade, infraestrutura, planejamento urbano, entre outros.

O objetivo dos programas intersetoriais é estabelecer uma visão holística que contemple as diversas dimensões da vida dos pequenos cidadãos desde a gestação até os primeiros anos de vida. Com isso, uma mesma família, sob o ponto de vista da gestão pública, deixa de ser vista como público da saúde, da assistência social ou da educação, e passa a ser considerada em sua totalidade. Para que isso se efetive, é necessário que sejam estabelecidos fluxos entre os serviços de um mesmo território, que eles se complementem e colaborem uns com os outros.

É importante destacar a importância de incluir o cuidador na política intersetorial de primeira infância, com ofertas que visem não apenas ao desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança, mas também à criação de condições favoráveis para que cuidadores desempenhem seu papel de forma plena e saudável. O bem-estar do cuidador é parte importante de uma política bem-sucedida de primeira infância.

Ponto de partida: metas a serem alcançadas

Há diferentes formatos, modos de governança e objetivos de programas intersetoriais de primeira infância. O ponto de partida para construir um programa intersetorial é identificar quais as necessidades das famílias e crianças e, em seguida, definir o tipo de suporte que cada uma precisa. Um diagnóstico atualizado com os dados de serviços da cidade e as metas prioritárias definidas no Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) podem apoiar na identificação dessas necessidades e de possíveis suportes, além de trazer informações sobre o percentual da população que o programa irá abarcar.

A partir daí, é preciso saber quais pastas devem ser agregadas e se já existem setores trabalhando juntos em algum programa ou projeto que possa ser incluído.

Fatores importantes na elaboração de um programa intersetorial



Definir necessidades

Um diagnóstico prévio é essencial para entender a demanda do público-alvo que o programa pretende atender. Isso ajuda a definir as ações do programa e a estabelecer metas.



Conhecer o público-alvo

É o primeiro passo para definir o tipo de suporte ou de ação – se será preciso realizar busca ativa ou visitas domiciliares para determinado grupo, por exemplo, em vez de encontros em um equipamento público, entre outros esforços.



Quem chamar

Iniciar com setores que já possuem articulação facilita o sucesso no início do programa. Quando for possível começar com todos os setores, deve-se fazer o esforço para alcançar esse propósito.



Governança

O programa precisa ser uma prioridade da alta gestão e sua coordenação deve ser, preferencialmente, a partir do gabinete ou de uma pasta com boa entrada e relação com as outras áreas envolvidas.



Avaliação

Avaliar o programa continuamente permite fazer realinhamentos necessários com as equipes e, até mesmo, trazer novos atores para o programa e fazer novas parcerias.



PMPI

O Plano Municipal pela Primeira Infância pode ser um apoio na descoberta de conexões entre as ações que cada setor realiza. É um aliado na hora de analisar os direitos que ainda não estão assistidos e definir metas a serem alcançadas.

Fontes: **A Intersetorialidade nas políticas para a primeira infância (Rede Nacional Primeira Infância) e Caminhos e aprendizados para iniciativas focadas na primeira infância (NCPI)**

Em 2013, por exemplo, Fortaleza (CE) iniciou o desenho de um programa para garantir oportunidades iguais no desenvolvimento da primeira infância para toda sua população. Como ação, buscou-se desenhar intervenções que aumentassem as oportunidades das crianças em situação de vulnerabilidade de aprender e desenvolver as suas capacidades. Para isso, reuniu três secretarias: Saúde, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, e Educação. Nascia o Cresça com Seu Filho, focado em visitas domiciliares para pessoas gestantes e crianças na primeiríssima infância.

O projeto iniciou com a seleção dos bairros mais vulneráveis de Fortaleza, mapeando indicadores que sinalizavam situação de vulnerabilidade social: coeficiente de mortalidade infantil acumulada nos últimos cinco anos, sífilis congênita, índice de desenvolvimento humano (IDH), percentual de gravidez na adolescência e razão de mortalidade materna. Os acompanhamentos são realizados por agentes comunitários de saúde e por profissionais de assistência social, dependendo da região.

Em dez anos de programa, o Cresça com Seu Filho atendeu 22.497 crianças e tem tido impacto positivo na sensibilidade para acolher as crianças, receptividade para as temáticas trabalhadas e manejo comportamental dos cuidadores – com estratégias de disciplina positiva, aumento da capacidade dos pais de lidar com comportamentos negativos dos filhos e melhor capacidade dos pais para comunicar expectativas.



Além de ações de estímulo ao desenvolvimento infantil, alguns programas intersetoriais de primeira infância abarcam, também, a promoção da saúde mental e bem-estar dos cuidadores, e a proximidade dos homens nas tarefas de cuidado – na foto acima, um exemplo de atendimento envolvendo toda a família no programa Família que Acolhe, de Boa Vista (RR), detalhado na página 22. *Foto: Diane Sampaio.*

ESTUDO DE CASO

Programa Mãe Coruja, Recife (PE)

O Programa completa uma década de atuação em 2024 e é um exemplo de como a intersetorialidade pode transformar a realidade de bebês, crianças pequenas e seus cuidadores. Coordenado pela Secretaria de Saúde, o Mãe Coruja Recife envolve diversas pastas da prefeitura, que trabalham de forma conjunta para oferecer atenção integral à família durante toda a gestação, parto e puerpério, até os seis anos de idade da criança.

Cláudia Soares, coordenadora do programa, conta que ele foi inspirado no programa estadual Mãe Coruja Pernambucana. Na época, a cidade apresentava um índice de mortalidade infantil abaixo do exigido para ingressar no programa estadual. *"Mas, quando essa avaliação era feita por bairros, percebemos que havia muitos Recifes, com territórios onde o coeficiente era bem mais alto do que a média do município"*, conta Cláudia. Diante disso, foi criada a versão municipal do programa em dez bairros com altos índices de vulnerabilidade socioeconômica, entre 2014 e 2015. Nos anos seguintes, ele foi expandido e atualmente cobre 47 bairros do Recife, em vinte Espaços Mãe Coruja espalhados pela cidade.

Dez anos do Programa Mãe Coruja Recife em números

19.363
gestantes acompanhadas

16.104
crianças acompanhadas

29.265
atendimentos

3.205
profissionais envolvidos

17.714
kits entregues

20
Espaços Mãe Coruja

47
bairros cobertos, **50% dos bairros do Recife**

Impacto
Evitou cerca de 4 mil óbitos infantis, segundo pesquisa do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper)

Fonte: **Prefeitura de Recife**



Após o parto, mães, pais e cuidadores são convidados a participar de oficinas de desenvolvimento infantil e de fortalecimento dos laços familiares, que são espaços de troca de conhecimentos e experiências sobre o processo de cuidado e educação dos pequenos. *Foto: Mariana Vasconcelos.*

ESTUDO DE CASO

Intersetorialidade na prática

Para oferecer uma variedade de serviços às famílias do Mãe Coruja Recife, as secretarias envolvidas têm responsabilidades partilhadas. Confira as atribuições de cada pasta:

Secretaria da Mulher

Oferece a formação permanente da equipe técnica do programa sobre os tipos de violências contra a mulher, protocolos de encaminhamento e realiza rodas de conversa com as famílias sobre direitos das mulheres.

Secretaria de Saúde

Coordena e monitora todas as atividades executadas no programa. É a responsável pelos recursos humanos da equipe técnica, incluindo formação permanente.

Secretaria de Turismo e Lazer

Realiza as ações artísticas do "Colorindo o Recife", projeto de pintura em Espaços Mãe Coruja, além de passeios de catamarã.

Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas

Realiza o registro das participantes no Cadastro Único, para programas sociais do Governo Federal, promove a retirada de documentações civis, fornece o kit bebê (enxoval básico, depois que a gestante completa sete consultas de pré-natal), realiza visita domiciliar por meio do Programa Primeira Infância no SUAS, e oferece oficinas sobre rede de apoio, relações parentais e primeira infância antirracista.

Secretaria de Trabalho e Qualificação Profissional

Oferece cursos profissionalizantes, como manicure/pedicure, alongamento de cílios, design de sobrancelhas, corte de cabelo, limpeza de pele, produção de bijuterias, artesanato e conserto de bicicletas.

Secretaria de Segurança Cidadã

Realiza a manutenção dos Espaços Mãe Coruja nos Centros Comunitários da Paz (Compaz), que oferecem espaços lúdicos, de formação e esportivos a serviço dos usuários do programa.

Secretaria de Esportes

Promove atividades esportivas nos Centros Comunitários da Paz (Compaz) e no Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães, que os usuários do Mãe Coruja Recife participam. Há, ainda, atividades exclusivas ofertadas periodicamente, como natação para bebês, pilates para gestantes e natação para crianças no espectro autista.

Secretaria de Educação

Oferece a formação dos profissionais dos Espaços Mãe Coruja e da Atenção Básica (principal porta de entrada ao Sistema Único de Saúde) sobre desenvolvimento infantil, realiza o curso de qualificação de brinquedista e promove oficinas de contação de histórias.





As ações do Mãe Coruja Recife incluem o acompanhamento dos bebês e das crianças de até 6 anos com grupos mensais de convivência, apoiando as famílias em sua função de cuidado.
Foto: Mariana Vasconcelos.

ESTUDO DE CASO

A prática da intersetorialidade

O programa orienta sobre gravidez e desenvolvimento das crianças, oferece cursos profissionalizantes (brinquedista, manicure/pedicure, alongamento de cílios, depilação, corte de cabelo, massagem relaxante, entre outros), oficinas de ioga, aulas de shantala, além de oficinas de brincadeiras, contação de histórias e informações sobre direitos das mulheres. *"A gente trabalha com questões de mudanças corporais na gestação, violência obstétrica, importância do aleitamento materno, cuidado com a criança, planejamento familiar"*, exemplifica Cláudia.

Para ingressar no Mãe Coruja Recife, a pessoa deve estar grávida, fazer o pré-natal no SUS e morar em um dos bairros de cobertura. Depois de cadastrada, a gestante comparece mensalmente ao Espaço Mãe Coruja ao qual é vinculada para realizar o acompanhamento individual, logo depois da consulta



O programa articula o acompanhamento pré-natal das gestantes nas UBSs com ações de capacitação, proteção e inclusão social para as famílias desses territórios. Um dos focos é investir no protagonismo da mulher, aumentando sua capacidade de transformar a própria realidade. *Foto: Mariana Vasconcelos.*

de pré-natal. Nesse momento, a gestante e sua família são convidadas a participar das atividades coletivas, como rodas de conversa e oficinas, além dos grupos de gestantes.

Depois do parto, no primeiro ano de vida do bebê, os cuidadores responsáveis devem levá-lo uma vez por mês para o acompanhamento individual. As equipes avaliam o desenvolvimento da criança segundo os marcos de desenvolvimento infantil e acompanham sua saúde a partir dos dados das consultas de puericultura.

As mulheres são estimuladas a continuar participando das atividades com foco no empoderamento feminino e na melhoria das condições socioeconômicas das participantes. Entre um e dois anos da criança, a visita deve ser de três em três meses e, a partir dos dois anos, uma vez por ano.

Programa Mãe Coruja Recife

Tempo de atuação: Desde 2014.
Objetivo: Oferecer atenção integral à mulher e a sua família durante toda a gestação, parto e puerpério, e às crianças do nascimento aos seis anos.
Público-alvo: Gestantes, pais, bebês, crianças até os seis anos e sua rede de apoio (familiares e cuidadores em geral).
Secretarias envolvidas: Secretaria de Saúde, da Mulher, de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas, de Educação, de Esportes, de Turismo e Lazer, de Segurança Cidadã e de Trabalho e Qualificação Profissional.
Etapas percorridas: 1. Estudo epidemiológico do território para definição dos bairros prioritários (maiores índices de mortalidade materna, infantil e de vulnerabilidade social) > **2.** Documento base do programa, com definição das secretarias envolvidas, orçamento, missão, valores e público-alvo > **3.** Estabelecimento dos papéis e responsabilidades de cada secretaria > **4.** Definição dos grupos gestores do programa > **5.** Implantação dos espaços físicos descentralizados no município (Espaços Mãe Coruja Recife) > **6.** Convocação e qualificação de equipe estatutária de trabalho para os Espaços Mãe Coruja Recife > **7.** Desenvolvimento da pesquisa de avaliação do programa e estabelecimento do processo de mudança de comportamento > **8.** Elaboração e implantação de material metodológico e linhas de cuidado > **9.** Realização de formações permanentes > **10.** Avaliação de Satisfação das Usuárias (ASU) > **11.** Regulamentação por lei municipal > **12.** Implantação de sistema de informação municipal que dialoga com o E-SUS, fortalecendo a referência e contra referência para Atenção Primária à Saúde > **13.** Monitoramento dos resultados para acompanhamento e tomadas de decisão.

ESTUDO DE CASO

Família que Acolhe (FqA), Boa Vista (RR)

Criado em 2013, o programa oferece suporte abrangente a gestantes, cuidadores, puérperas e crianças, desde a gestação até os seis anos de vida, promovendo o desenvolvimento integral das crianças e o fortalecimento dos vínculos entre elas e seus cuidadores. O FqA é institucionalizado por lei e tem como público-alvo prioritário as famílias em situação de vulnerabilidade social.

Desde sua criação, o FqA já acompanhou mais de 26 mil famílias e 30 mil gestações. Em 2024, cerca de 8 mil mães tinham cadastro ativo.

Universidade do bebê

Uma das bases do Família que Acolhe é a Universidade do Bebê (UBB). A instituição funciona como uma espécie de escola de parentalidade, onde pais, mães e familiares participam de um ciclo formativo com aulas para cada fase da gravidez e da vida da criança, até os dois anos de idade.



Entre as oficinas oferecidas, estão as de shantala, massagem para bebês cujo principal objetivo é fortalecer o vínculo entre o cuidador e a criança. Com os movimentos e toque da pele, transmite-se confiança e conforto ao bebê. ***Foto: Giovani Oliveira.***

As oficinas e rodas de conversa acontecem a cada quinze dias e abordam temas sobre parentalidade positiva, desenvolvimento saudável do bebê e fortalecimento de vínculos. Os cuidadores recebem informações sobre como impulsionar o desenvolvimento infantil e trocam experiências com outras famílias. Um dos focos é o estímulo à participação de homens.

As famílias que participam das aulas recebem benefícios como um enxoval com roupas, produtos de higiene, bolsa de maternidade, banheira, fraldas, cesta básica e asseguram o recebimento de leite mensal para crianças com mais de um ano de idade, além de vagas nas creches municipais de Boa Vista.

"Temos uma parceria muito forte com a Secretaria de Educação. Depois que as crianças vão para a creche, nós também fazemos encontros com os pais, nas escolas, onde falamos sobre parentalidade, vínculo e afeto", conta Andréia Neres, secretária de Projetos Especiais.



Caso a gestante, a mãe ou outros cuidadores não possam frequentar os encontros em grupo, é possível realizar o ciclo formativo por meio de visitas domiciliares. Um dos focos do programa é o estímulo à participação de homens nos encontros, fomentando a cultura da presença dos homens no cuidado com as crianças. *Foto: Diane Sampaio.*

ESTUDO DE CASO

Intersetorialidade: as responsabilidades de cada secretaria

Secretaria Municipal de Projetos Especiais
Coordena e monitora todas as atividades do programa.

Secretaria Municipal de Saúde
Executa os atendimentos de saúde previstos no programa, realiza os encontros de gestantes nas UBSs, as atividades do Spa Baby, as ações na Semana do Bebê e promove ações de sensibilização por meio das equipes de Saúde da Família para que as famílias participem do FqA.

Secretaria Municipal de Gestão Social
Realiza os atendimentos sociais para o público-alvo do programa nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e promove ações de sensibilização para a participação das famílias no FqA por meio das equipes de atendimento dos CRAS.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Opera o atendimento das Casas Mãe, realiza ações na Semana do Bebê e iniciativas de promoção da parentalidade positiva com as famílias das crianças que estão nas creches.

Secretaria Municipal de Tecnologia e Inclusão Digital
Desenvolve e aprimora sistemas integrados de dados para fornecer subsídios para tomadas de decisão que facilitem o atendimento do público do programa.

Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional
Prioriza a emissão de títulos definitivos para as famílias que possuem crianças na faixa etária de primeira infância e auxilia na construção de ações e políticas públicas que estabeleçam espaços para as crianças na cidade.

Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças
Assegura os recursos e estabelece metas e possibilidades de expansão.

Secretaria Municipal de Comunicação
Estabelece e implementa a política de comunicação do programa, assegurando que todas as pastas estejam alinhadas com as estratégias.

Descentralização

Desde sua criação, os encontros do Família que Acolhe aconteciam apenas em sua sede, na zona oeste da capital roraimense. Isso dificultava o deslocamento de muitas famílias e prejudicava a expansão do atendimento. **A partir de 2017, o programa passou a apostar na descentralização. Para que isso acontecesse de forma sustentável, o serviço se conectou a equipamentos públicos já existentes, como os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e as Unidades Básicas de Saúde (UBS).**

As atividades quinzenais na sede do FqA passaram a acontecer também nos CRAS, o que ampliou o acesso e permitiu uma interação mais próxima e personalizada com os bebês, crianças e seus cuidadores. Já o atendimento nas UBSs – que oferecem serviços como consultas com pediatras, psicólogos, odontopediatras, de planejamento familiar, puericultura e exames clínicos e laboratoriais, além de vacina e farmácia – foi fortalecido através de capacitações dos profissionais para melhorar o acolhimento da primeira infância nesses equipamentos. *"Temos nos aproximado da população com o desafio de levar a mesma qualidade, os mesmos controles e formas de atendimento da sede para esses locais"*, explica Andréia.

Outra evolução do FqA tem sido a modernização de sua gestão. Por meio de uma parceria com o Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI), o programa tem investido na coleta e sistematização de dados das infâncias em Boa Vista. Isso permite aprimorar os serviços e melhorar os resultados de suas políticas.

Família que Acolhe

Tempo de atuação: Desde 2013.
Objetivo: Promover o desenvolvimento integral das crianças e fortalecer os vínculos entre elas e seus cuidadores, oferecendo suporte a gestantes, puérperas, cuidadores, bebês e crianças pequenas, desde a gravidez até os seis anos de idade.
Público-alvo: Gestantes, pais, bebês, crianças pequenas até os seis anos, familiares e cuidadores em geral.
Secretarias envolvidas: Secretaria de Projetos Especiais, de Saúde, de Gestão Social, Educação e Cultura, de Tecnologia e Inclusão Digital, de Economia, Planejamento e Finanças, de Comunicação e Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional.
Etapas percorridas: 1. Institucionalização do programa: orçamento, legislação e determinação do público-alvo > **2.** Definição da governança do programa > **3.** Articulação intersetorial > **4.** Definição do corpo profissional > **5.** Currículo e materiais norteadores > **6.** Formação e supervisão > **7.** Implementação do programa inicialmente em uma unidade exclusiva > **8.** Descentralização do programa, com a implementação em outros equipamentos públicos > **9.** Avaliação e monitoramento.

Programas intersetoriais e primeira infância: desafios e caminhos para os municípios

Por Rogério Morais

A formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância têm um enorme desafio, que é a característica transversal do tema, contrariando a lógica departamental cartesiana da gestão e exigindo capacidades multidisciplinares e intersetoriais.

Não é trivial estabelecer uma governança sob uma abordagem diferente da comum nas relações de liderança, planejamento, processos e sistemas de informação, sobretudo diante da burocracia da gestão pública. Portanto, é fundamental perceber isso para construir um esforço alinhado desde o princípio e, ao final, entregar mais garantia de direitos para as crianças.

Com base em experiências bem-sucedidas, trago algumas sugestões que podem contribuir para o sucesso da jornada de implementação dessas políticas. Entretanto, ressalto não haver fórmulas mágicas e, para além do desenho de estruturas, as relações de liderança e a cooperação entre times – ou seja, fatores humanos – possuem peso considerável na condução cotidiana. Listo abaixo os fatores que considero essenciais:

1. Apoio da alta liderança

A prioridade dada a um tema se inicia com a decisão efetiva do prefeito ou prefeita, que quase sempre reverbera no nível de atenção dedicado pelos seus secretários. Qualquer agenda só consegue avançar se tiver: suporte, autoridade delegada e um sinal verde para ser bem recebida pelos diversos atores de uma organização.

Existem maneiras formais e informais de empoderar uma pauta e as duas são importantes e complementares. Além de atos formais de delegação de poderes, como a nomeação em um cargo com funções definidas com a devida publicidade, faz-se necessário dedicar tempo e se manifestar em apoio. Ou seja, é prioridade na palavra e na ação.

2. Governança

A estrutura potencializa a transversalidade. Uma estratégia comum para temas intersetoriais é criar estruturas organizacionais matriciais, que são arranjos de gestão híbridos, que combinam características de estruturas funcionais com as de projetos. É baseado em duas linhas de responsabilidade – vertical e horizontal – possibilitando a criação de equipes multifuncionais, sem necessariamente desfazer as departamentais.

Tal formato permite flexibilidade ao poder, compartilhar recursos com outras áreas e disciplinar fluxos de comunicação difusos. Assim, leva a uma

melhor coordenação entre diferentes partes da organização, promovendo a colaboração entre as equipes.

Normalmente em um governo, as pastas de áreas como Planejamento ou Controladoria atuam se relacionando diretamente com as áreas fins, como Saúde ou Educação, ou seja, tendem naturalmente a apresentar características de uma gestão matricial. São pastas que costumam ganhar relevância significativa sobre os processos de gestão e monitoramento e lidam em suas rotinas com diretrizes para toda a máquina pública.

Portanto, parece haver menos adversidades e mais vantagens na alocação de um programa intersetorial em uma pasta de Planejamento do que numa pasta de Educação ou Assistência Social, por exemplo, decorrentes do padrão de trabalho e da autoridade já estabelecida entre estas áreas.

Obviamente, há condições políticas e perfis profissionais distintos, que podem pesar na decisão de uma gestão, e os caminhos elegidos sejam outros e funcionem. São fatores que devem ser ponderados, mas acredito fortemente nos caminhos que respeitam as lógicas processuais de gestão, pois são mais sustentáveis, capazes de sobreviver a mudanças, impessoais e mais fortes para garantir a continuidade, preparando políticas de estado para ultrapassar as gestões.

3. Perfil de quem lidera o programa

Quem lidera programas intersetoriais tem uma função primordial articuladora. Quanto mais escuta há, maior a chance de construir relações de cooperação. Os conflitos são inerentes, mas a vontade genuína de consensualizar pode ser muito bem-vista. Importante destacar que o conhecimento setorial precisa e deve ser respeitado, entendendo o quanto a visão do especialista contribui para a compreensão de cada parte do conjunto.

4. Ritos de gestão e foco para chegar à ponta

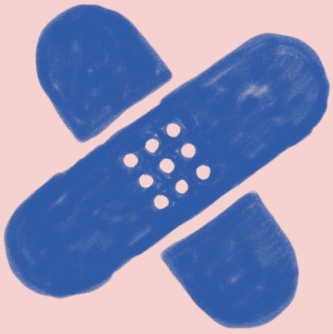
Por fim, os programas só rodam quando os ritos de gestão estão bem estabelecidos. Quando, em consequência dos três pontos acima citados, há momentos de planejamento em conjunto, os comitês se encontram com frequência definida, quando há devolutivas da execução e resultados do monitoramento de indicadores, com prestação de contas ao chefe do executivo e à sociedade.

Mantenha um mantra em mente de que nem a mais bela e bem desenhada política, plano ou protocolo de primeira infância pode ser considerado efetivo sem chegar até seu destino final: a quem trata a dignidade com respostas puras e merece viver sem ter a vergonha de ser feliz.

ROGÉRIO MORAIS é graduado em administração e especialista em gestão educacional e gestão pública. É diretor do Instituto Pipa e coordena a secretaria executiva da Rede de Primeira Infância de Pernambuco (REPI-PE). Foi secretário executivo de Educação (2013-2019) e secretário executivo para a Primeira Infância da Prefeitura do Recife (2019-2020).

2
A saúde e a primeira infância











Os serviços de saúde costumam se destacar por ser, comumente, o primeiro contato das pessoas gestantes e bebês com os serviços públicos. Por isso, a saúde desempenha um importante papel articulador na elaboração e na execução de políticas públicas de primeira infância.

Essa ênfase da saúde como peça central no cuidado à primeira infância é fruto de iniciativas que reorientaram a atenção primária no país ao longo das décadas de 1980 e 1990, como as primeiras experiências com Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e a criação do Programa Saúde da Família, que formou a base do que é hoje a Estratégia Saúde da Família. *"A forma como a atenção primária é organizada torna bebês e crianças pequenas usuários frequentes do Sistema Único de Saúde (SUS). Por isso, a natureza das ações da saúde implica em uma vocação de liderança"*, destaca o dr. Elzo Junior, epidemiologista do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs) da Fundação Oswaldo Cruz da Bahia (Fiocruz-BA).

Atualmente, a atenção primária se organiza prioritariamente por meio da Estratégia de Saúde da Família (ESF). As ações da área para o cuidado com a primeira infância incluem cuidados pré-natais (com incentivo à participação das famílias e realização do pré-natal do parceiro), neonatais, imunização, controle de doenças contagiosas, consultas de puericultura, busca ativa de crianças prematuras e com baixo peso, além de ações educativas sobre desenvolvimento infantil, aleitamento materno, hábitos saudáveis, nutrição e saúde mental de cuidadores.

A Estratégia Saúde da Família

Um dos programas de saúde brasileiros considerados referência mundial, a Estratégia Saúde da Família (ESF) revolucionou a atenção à saúde da primeira infância no Brasil. Desde sua implementação em 1994, a ESF tem contribuído para a redução das taxas de mortalidade no país, a melhora da nutrição infantil, o aumento da cobertura vacinal, a mudança de comportamentos de cuidado, alimentação e higiene de familiares e cuidadores e o reforço da parentalidade positiva.

De 1994 a 2011, o índice de mortalidade infantil no Brasil caiu 58,8% (DataSUS/Ministério da Saúde). Segundo uma análise realizada pelo Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI), as cidades que aderiram à estratégia reduziram a taxa de mortalidade materna em 53,1% após oito anos de programa. Em todo o mundo, esse número diminuiu 44% em 25 anos (de 1990 a 2015).
As ações são ofertadas pelas equipes multiprofissionais de Saúde da Família, que incluem médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, agentes comunitários e, em alguns casos, odontólogos. Cada equipe é ligada a uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e fica responsável por conhecer a realidade do território, identificar os problemas de saúde e acompanhar o tratamento dos moradores. *"Em muitos locais, especialmente em regiões rurais e remotas, a ESF é a materialização do SUS, e é o que possibilita, para milhões de pessoas, especialmente as mais vulneráveis, o exercício do direito à saúde"*, ressalta Elzo Junior.

Responsabilidades dos entes federativos

União, estados e municípios desempenham papéis distintos, mas complementares, na implementação da Estratégia Saúde da Família (ESF). O governo federal é responsável por destinar recursos financeiros e estabelecer as diretrizes da estratégia, o que acontece por meio do Ministério da Saúde. As secretarias estaduais de saúde apoiam as gestões municipais, que desempenham um papel central na implementação da ESF. As cidades organizam e gerenciam as ações e os serviços realizados pelas equipes de Saúde da Família, usando os recursos federais e complementando-os com seu próprio. *"É por força da gestão municipal que a Política Nacional de Atenção Básica se materializa em estabelecimentos de saúde, contratação de profissionais e aquisição de equipamentos e de insumos"*, reforça ainda Elzo Junior.



Em 2023, Benevides (PA) inaugurou o Centro de Saúde da Mulher e da Criança. O espaço virou referência para atendimentos na atenção gestacional, planejamento reprodutivo, vacinação e exames de puericultura, e possui um trabalho específico para incentivar o aleitamento materno. Este é um exemplo de serviço desenvolvido fora da ESF, financiado com recursos próprios do município, mas que se torna um elo de aproximação com os serviços da ESF, trabalhando de forma complementar. *Foto: Karla Reis.*

Vacina em dia

Um dos grandes desafios na área da Saúde é garantir a cobertura vacinal, que viu seus índices caírem vertiginosamente entre 2016 e 2022. Em 2023, mais de 60% dos municípios brasileiros não atingiram a meta de 95% de cobertura vacinal recomendada pelo Ministério da Saúde, quando considerados os imunizantes aplicados durante o primeiro ano de vida. A vacinação contra a poliomielite, por exemplo, passou de uma cobertura de 98,29% das crianças nascidas em 2015 para apenas 69,9% em 2021, em todo o Brasil, segundo o Ministério da Saúde.

Campanhas federais unidas ao esforço dos municípios têm apoiado os números a avançarem, desde então. Em 2023, a vacinação contra a poliomielite, especificamente, alcançou 85,91% – um bom crescimento em relação a 2021, mas ainda longe do ideal. Como parte desse esforço, algumas cidades têm desenvolvido campanhas, investido em busca ativa e criado centros para facilitar e divulgar a vacinação. Pelotas (RS), por exemplo, inaugurou a Casa da Vacina em 2023, um espaço que garante o atendimento humanizado, abrigando melhor os profissionais e, principalmente, as crianças.



Foto: Michel Corvello.

ESTUDO DE CASO

Colinas 1000 Dias, Colinas (RS)



Na pequena cidade de Colinas (RS), um programa inovador vem se destacando no cuidado com a saúde da primeira infância. O Colinas 1000 Dias – Para Mudar uma Vida Inteira é uma política pública intersetorial de promoção da saúde, do desenvolvimento pleno e do fortalecimento dos vínculos afetivos que atende famílias desde a gestação até os seis anos de idade da criança.

O programa foi idealizado em 2017 pela Secretaria Municipal de Saúde. Na época, com uma população de cerca de 2.400 habitantes, a cidade contava com uma presença significativa de idosos (30%), de pessoas com diabetes (7%) e com hipertensão (31,7%). Diante desse cenário, Colinas decidiu priorizar investimentos em prevenção, focando sua estratégia na primeira infância – período determinante para a saúde e bom desenvolvimento do indivíduo adulto.

O Colinas 1000 Dias conta com uma equipe multidisciplinar composta por ginecologistas, pediatras, enfermeiros, técnicos de enfermagem, nutricionistas, dentistas, assistentes sociais e psicólogos, que realizam acompa-

A partir dos seis meses, além das consultas de puericultura que seguem o calendário oficial do Ministério da Saúde, o Colinas 1000 Dias oferece oficinas para incentivar as famílias a estimular seus filhos em casa. Musicalização, shantala, dança com sling, teatro de fantoches e rodas de conversa sobre parentalidade positiva e amamentação são algumas das atividades para apoiar no fortalecimento dos laços familiares. *Fotos: Angelica Pott (página ao lado) e Fabrício Fiel (abaixo).*



nhamentos individuais e coletivos das gestantes, seus parceiros e crianças. Inicialmente, o programa prosseguia até os dois anos de idade da criança, quando os mil dias de vida se completam. Em 2021, a Secretaria de Saúde percebeu que era possível expandi-lo e passou a atender crianças até os 6 anos, garantindo atenção à toda primeira infância da cidade.

Pré-natal da gestante

Tudo começa com o resultado positivo do exame de gravidez. A pessoa grávida e seu parceiro ou parceira são acolhidos na UBS da cidade, onde têm suas dúvidas esclarecidas. Eles recebem as solicitações de exames laboratoriais e de imagem, um calendário com datas para realizar testes rápidos para infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e os agendamentos de todas as consultas pré-natais. Além disso, são convidados a participar do Bem Gestar, grupo educativo e informativo que realiza encontros presenciais sobre temáticas da gestação.

ESTUDO DE CASO

78%
das gestantes da cidade participam ativamente do programa

100%
dos pais participam do nascimento das crianças

64%
dos partos são vaginais, **acima da média nacional de 42,9%** (Ministério da Saúde, 2021)

75%
dos bebês de seis meses são exclusivamente amamentados

Fonte: **Prefeitura de Colinas**

Ainda no início do pré-natal, é feita a atualização da caderneta de vacinação e o contato com o respectivo Agente Comunitário de Saúde, que desempenha papel crucial no acompanhamento. Caso a família esteja em situação de vulnerabilidade, ela recebe visitas domiciliares dos médicos da Estratégia Saúde da Família e de assistentes sociais.

Paternidade

Um ponto de destaque do Colinas 1000 Dias é o estímulo à paternidade responsável e ao cuidado com a saúde do homem. O pré-natal do parceiro também garante revisão clínica geral, revisão da saúde bucal, atualização do esquema vacinal e testagens rápidas para Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Além disso, os homens são incentivados a participar das consultas da gestante e dos encontros dos grupos educativos. Estratégias simples estimulam a participação paterna, como oferecer horários flexíveis para acompanhamentos médicos, oficinas com opções fora do horário comercial e disponibilizar uma cadeira a mais durante as consultas de pré-natal.

Cuidados com a criança

Após o parto, a equipe apoia na apojadura e na amamentação e faz os testes do pezinho, da linguinha e da orelhinha. Nos dias seguintes, já em casa, a família recebe a visita da equipe técnica de enfermagem, que repassa informações sobre cuidados com o recém-nascido. Ao longo dos primeiros seis meses de vida, o programa oferece suporte contínuo às famílias, com consultas de puericultura e oficinas práticas de introdução alimentar. As famílias são convidadas a participar do Grupo Acolher, que se reúne mensalmente para reforçar os cuidados e o vínculo com o bebê.

Com a ampliação do programa para a inclusão de crianças até os seis anos de idade, o programa passou a desenvolver ações com a assistência social, que faz a confecção de enxovais para os bebês, e com a educação, com grupos de estudos sobre desenvolvimento infantil e sensibilização das famílias.



Nos primeiros seis meses do bebê, é realizada uma consulta de puericultura odontológica para orientações sobre higienização bucal do bebê, nascimento dos primeiros dentes e orientações sobre uso de chupetas e mamadeiras. *Foto: Angelica Pott.*

Colinas 1000 Dias – Para Mudar uma Vida Inteira

Tempo de atuação: Desde 2017.
Objetivo: Promover a saúde, o desenvolvimento pleno e o fortalecimento dos vínculos afetivos para famílias desde a gestação até os seis anos de idade da criança.
Público-alvo: gestantes, pais, bebês, crianças pequenas até os 6 anos, familiares e cuidadores em geral.
Secretarias envolvidas: Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação.
Etapas percorridas: 1. Mapeamento e diagnóstico do território > **2.** Sensibilização e qualificação da equipe > **3.** Definição do grupo de trabalho > **4.** Revisão e qualificação dos serviços com foco na gestante, no parceiro e na criança > **5.** Momentos formativos > **6.** Plano de comunicação interno (equipe-paciente) e externo (comunidade) > **7.** Monitoramento dos resultados.

ESTUDO DE CASO

Trevo de Quatro Folhas, Sobral (CE)

Há mais de duas décadas, o Trevo de Quatro Folhas se destaca como uma jornada na promoção da saúde da primeira infância em Sobral (CE). O programa busca aprimorar a qualidade da atenção a gestantes, puérperas, bebês e crianças pequenas, assegurando apoio social, psicológico e clínico durante o ciclo que vai da gestação aos primeiros dois anos de vida da criança.

Criado em 2001, o Trevo de Quatro Folhas é uma iniciativa da Secretaria de Saúde que, na época, identificou uma série de problemas que contribuíam para os altos índices de mortalidade materno-infantil da cidade. Muitas mulheres apresentavam dificuldades em seguir as instruções médicas, principalmente nos casos que exigiam repouso absoluto, faltavam às consultas e exames pré-natais, por não terem com quem deixar seus outros filhos, ou paravam de amamentar antes do tempo, por precisarem retomar a rotina. Os problemas se agravavam conforme o grau de vulnerabilidade social das famílias.

Em 2010, o Trevo de Quatro Folhas foi regulamentado pela Lei Municipal 1041, consolidando-se como uma política pública da cidade. Ele é dividido em seis frentes de atuação – algumas, inclusive, se desenvolvendo em projetos específicos dentro do Trevo.

Resultados

Ao longo de mais de vinte anos, o Trevo de Quatro Folhas revolucionou a atenção materno infantil de Sobral. Um dos principais resultados foi a redução da taxa de mortalidade infantil. **No ano de criação do programa, em 2001, a cidade registrou 56 mortes infantis a cada mil nascimentos. Em 2020, esse número caiu 62,5%, chegando a 21 mortes infantis a cada mil nascimentos.**

No monitoramento da assistência pré-natal, os avanços também foram positivos. Em 2023, 90% das grávidas da cidade, acompanhadas pelo SUS, foram captadas pelo programa durante o primeiro trimestre da gestação, um período crítico que demanda atenção especial. Além disso, 97% das gestantes acompanhadas pelo SUS realizaram todos os exames e consultas previstos no pré-natal.

O Trevo de Quatro Folhas proporcionou acesso a direitos sociais fundamentais, como aquisição de documentação individual básica, cadastro em projetos habitacionais e encaminhamentos para a rede de assistência social. Além disso, por meio da capacitação proporcionada pelo Mães Sociais, houve uma inserção significativa de mulheres no mercado de trabalho.

Esses resultados destacam a saúde como uma porta de entrada para a cidadania, capaz de gerar impactos profundos e duradouros na vida das famílias.



As Mães Sociais são pessoas da própria comunidade capacitadas e remuneradas para fazer atendimento domiciliar de gestantes e puérperas, formando uma rede de apoio que auxilia a família em temas como aleitamento materno, fortalecimento do vínculo, saúde mental, entre outros. É uma das frentes do programa Trevo de Quatro Folhas. *Foto: Carlos Silva.*

ESTUDO DE CASO

As seis frentes de atuação do Trevo de Quatro Folhas

1 Mães Sociais

Foi criado para oferecer uma rede de apoio a gestantes. A Secretaria de Saúde capacita mulheres para prestar esse auxílio em um curso com oficinas, dinâmicas de grupo, vivências e estudos de caso. O treinamento inclui cuidados com a gestante/puérpera de risco, aleitamento materno, fortalecimento do vínculo materno-infantil, saúde mental materna, entre outros.

As Mães Sociais fazem visitas domiciliares para apoiar gestantes, mães, bebês e crianças pequenas que enfrentam risco clínico ou vivem em condições de vulnerabilidade social. Normalmente, o suporte é de uma mãe social da mesma comunidade ou região. O trabalho é remunerado.

2 Acompanhamento social para gestantes usuárias de drogas e álcool

Pessoas gestantes em situação de vulnerabilidade social e que fazem uso de álcool e drogas normalmente vivem nas ruas e têm resistência em realizar o pré-natal. Nesses casos, **a equipe do Trevo de Quatro Folhas desloca-se até elas, proporcionando suporte para que compareçam ao consultório.** Quando não é possível levá-las, enfermeiros, médicos, psicólogos e assistentes sociais realizam seus atendimentos a céu aberto, para garantir que elas e as crianças tenham a saúde monitorada e preservada.

3 Projeto Coala

Focado em bebês prematuros ou com baixo peso, o projeto surgiu em 2013, após a equipe de saúde perceber que a internação prolongada dos recém-nascidos até que completassem o marco de dois quilos aumentava a incidência de infecções e dificultava a amamentação e o vínculo entre mães e bebês. **Através do Coala, quando uma criança nasce prematura, a equipe avalia as condições para a alta precoce. Se for possível, mãe e bebê vão para casa e recebem, diariamente, a visita de uma equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF)**, com agentes comunitários de saúde, técnicos de enfermagem, enfermeiras e neonatologistas. Nas visitas domiciliares, é feita a avaliação do peso e das condições do recém-nascido, além da orientação sobre os cuidados, principalmente em relação ao aleitamento. Caso a puérpera não possua uma boa rede de apoio, é solicitada a atuação de uma Mãe Social.

4 Acompanhamento dos bebês

Todos os recém-nascidos, incluindo os da rede privada, são monitorados. **Em todas as maternidades, profissionais do Trevo de Quatro Folhas dedicam-se em tempo integral a estabelecer o primeiro vínculo com as famílias.** Em situações em que uma criança requer cuidados especiais, seja tratamento diferenciado, internação ou até mesmo transferência para outro município, o programa age como intermediário.

5 Comitê de Prevenção da Mortalidade Materna, Perinatal e Infantil (CPMMPI)

Realiza o monitoramento da mortalidade materna, perinatal e infantil, através da escuta das famílias e análise dos indicadores de atenção à saúde materno-infantil da cidade. Foi instituído no final da década de 1990 e desempenhou um papel crucial na criação do Trevo de Quatro Folhas, sinalizando à gestão pública os altos índices de mortalidade que motivaram a criação do programa. Atualmente, o comitê e o Trevo se retroalimentam: o programa oferece suporte técnico-operacional por meio da investigação e classificação dos óbitos, enquanto o comitê fornece as informações necessárias para delineamento dos caminhos do programa, planejamento de ações e estruturação de novas estratégias.

6 Flor do Mandacaru

A iniciativa surgiu em 2007, como resposta às estatísticas preocupantes de gravidez na adolescência. Na época, a equipe de saúde constatou que muitas jovens gestantes não realizavam o pré-natal, buscavam esconder a gravidez e, em alguns casos, recorriam a métodos abortivos clandestinos. Assim, **o Flor do Mandacaru foi criado para acolher as jovens grávidas sem julgamentos, quebrar barreiras de preconceito e oferecer atendimento médico e apoio integral para garantir a saúde tanto da mãe quanto do bebê.** Com uma abordagem baseada no diálogo, acolhimento e empatia, o projeto realiza oficinas em escolas e instituições, além de oferecer atendimentos individuais personalizados.

Fonte: **Prefeitura de Sobral**

ESTUDO DE CASO





Algumas crianças prematuras, após avaliação, recebem alta para acompanhamento em casa, dentro do projeto Coala, parte do Trevo de Quatro Folhas. Uma equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF) visita diariamente a família, realizando a avaliação de peso, orientando sobre cuidados e incentivando o aleitamento materno. *Fotos: Carlos Silva.*

Quer saber mais?
Confira as referências no final da publicação!



Trevo de Quatro Folhas

Tempo de atuação: Desde 2001.
Objetivo: Aprimorar a qualidade da atenção a gestantes, puérperas, bebês e crianças pequenas, assegurando apoio social, psicológico e clínico durante o ciclo que vai da gestação aos primeiros 2 anos de vida da criança.
Público-alvo: Gestantes, puérperas, bebês e crianças até 2 anos.
Secretarias envolvidas: Secretaria Municipal de Saúde de Sobral.
Etapas percorridas: 1. Mapeamento do território > **2.** Análise dos dados obtidos > **3.** Estabelecimento de prioridades (problemas alvos) > **4.** Traçado de propostas de organização de trabalho > **5.** Estabelecimento de metas e objetivos pretendidos > **6.** Elaboração de planejamento estratégico (missão, visão e valores) > **7.** Definição do público-alvo > **8.** Desenvolvimento do plano de ação > **9.** Recrutamento e qualificação da equipe especializada > **10.** Regulamentado por meio de lei municipal > **11.** Revisão e qualificação dos serviços com enfoque no público-alvo delimitado > **12.** Realização de formações permanentes > **13.** Monitoramento trimestral dos resultados.

A primeira infância sob o olhar das políticas e serviços de saúde

Por Paulo Bonilha

Evidências científicas têm se somado para reforçar que o período intrauterino e os primeiros anos de vida são essenciais para um pleno desenvolvimento do ser humano, nos aspectos físico, emocional e cognitivo. A saúde física e emocional, as habilidades sociais e a capacidade cognitivo-linguística, desenvolvidas nos primeiros anos de vida, são importantes para o sucesso na escola e, depois, no ambiente de trabalho e em comunidade.

A revista *The Lancet* publicou três séries de artigos sobre desenvolvimento na primeira infância, que denunciam que centenas de milhões de crianças abaixo de 5 anos, em países de baixa e média renda, não atingem seu pleno desenvolvimento devido à exposição a riscos ambientais (em especial a pobreza), biológicos e psicossociais, como desnutrição crônica, deficiências de ferro e iodo, estimulação cognitiva e socioemocional inadequadas, maus-tratos, depressão materna, baixa escolaridade materna, família/comunidade em situação de violência, contaminação ambiental (chumbo e arsênio) e doenças infecciosas (malária e HIV).

Esse cenário tem levado a um crescente número de países a adotar políticas intersetoriais para a primeira infância. O Brasil passou a contar com um Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI), cujas metas foram atualizadas em 2020 para mais uma década. Uma das metas é que estados e municípios elaborem seus planos estaduais e municipais. Nesses planos, as propostas e metas para a saúde têm aparecido com destaque, sendo o setor da saúde demandado a ter papel de protagonismo intersetorial.

Isso significa que as políticas e serviços de saúde têm um grande desafio: fazer a interface com as demais políticas. Tudo isso sem descuidar de seu quintal, isso é, oferecer, de forma qualificada, as ações programáticas rotineiras, típicas da Atenção Primária à Saúde (APS), para grávidas e crianças pequenas, com suporte da atenção especializada, incluindo serviços de estimulação multiprofissional para crianças com atraso no desenvolvimento, deficiências, TEA e Centros de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenis (CAPS-IJ).

O trabalho da saúde em prol do desenvolvimento da primeira infância

O primeiro ponto é garantir atendimento qualificado na atenção primária à saúde no pré-natal, na puericultura e no atendimento logo após o nascimento do bebê.

No pré-natal, é preciso ter um olhar amplo no cuidado e apoio à pessoa gestante, com práticas baseadas em evidências científicas, mas com abertura e escuta para as questões psicossociais da gestante, seus anseios e preocu-

pações com a gravidez e com o parto, com estímulo ao parto normal e ao aleitamento materno, devendo a gestante ser orientada para o retorno para seu atendimento e do bebê logo que tiverem alta da maternidade. A participação do parceiro deve ser sempre estimulada, exceto se a gestante colocar alguma objeção.

Na puericultura, deve-se garantir a avaliação cuidadosa do desenvolvimento neuropsicomotor do bebê, com checagem detalhada dos marcos do desenvolvimento. É também preciso oferecer uma boa escuta das famílias para as dificuldades no cuidado das crianças e que motive mãe, pai ou outro cuidador para um maior vínculo com seus filhos e estímulo do desenvolvimento infantil.

No atendimento conjunto da mãe e do bebê, se possível logo após a alta da maternidade, é importante ter um olhar integral e integrado para ambos e com apoio à participação do pai. É esperado, de forma especial, o apoio à amamentação, evitando o desmame no momento crítico da chegada em casa após a alta. O aleitamento materno, de forma exclusiva até 6 meses e depois complementado com alimentação saudável até 2 anos ou mais, é uma das ações de mais impacto para um pleno desenvolvimento infantil.

Esse atendimento pós-parto é uma ação importantíssima, mas infelizmente é pouco desenvolvida na atenção primária. Está explicitada com muita força na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança, do Ministério da Saúde, e é uma das mais importantes metas dos planos municipais de saúde.

Outro ponto é conectar a saúde em ações intersetoriais, destacando as áreas de educação e assistência social. Isso inclui a aproximação dos profissionais da atenção básica e do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) com a Educação Infantil, representada pelas creches e pré-escolas do território. Essa aproximação possibilita a discussão de casos de crianças com mais risco de não alcançar um pleno desenvolvimento e cujas famílias precisam de suporte de políticas públicas.

Outro trabalho intersetorial é com a assistência social, não somente em casos de famílias em vulnerabilidade social, mas também em situações com suspeita de violências, problemas psiquiátricos, uso de substâncias psicoativas etc.

Esses são alguns pontos tratados na publicação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), como parte de seu Eixo Estratégico III – Promoção e Acompanhamento do Crescimento e do Desenvolvimento Integral, bem como nas ações e metas do Eixo "Crianças com Saúde", dentro do Plano Municipal pela Primeira Infância de Campinas (SP), leituras recomendadas a todos os profissionais da saúde.

PAULO BONILHA é médico pediatra e de saúde pública, participou do Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância (Harvard e NCPI), foi Secretário de Saúde de Hortolândia (SP) e coordenador geral de saúde da criança e aleitamento materno do Ministério da Saúde (2011-2016). Representou a Secretaria de Saúde no comitê de monitoramento do Plano Municipal pela Primeira Infância Campineira (PIC).





3

Assistência social e primeira infância





A proteção e o desenvolvimento integral do bebê e da criança pequena dependem diretamente do ambiente, dos cuidados e dos vínculos proporcionados pelos adultos mais próximos. Esse núcleo, que geralmente é a família, por sua vez, depende de condições sociais, econômicas e culturais, para garantir ambiente, cuidados e vínculos de qualidade. **A neurociência comprovou que investir na criação de vínculos familiares saudáveis e fortes é tão importante quanto preocupar-se com a saúde física dos bebês; ou, ainda, que uma ação contribui para a outra.**

Condições de vulnerabilidade socioeconômica, combinadas à ausência ou inefetividade de políticas públicas, podem ser determinantes em contextos de ameaça ou de violação dos direitos das crianças. Segundo o estudo "Importância dos vínculos familiares na primeira infância", do comitê científico do Núcleo Ciência Pela Infância (NCPI), *"filhos de pais e mães cujas condições econômicas, sociais, físicas ou emocionais se caracterizam como desfavoráveis tendem a apresentar, com maior frequência, problemas de comportamento, de relacionamento e de desempenho escolar, quando comparados com filhos de pais que usufruem de situações mais adequadas"*.

Quando há dificuldades na vivência desses vínculos, o poder público é responsável por oferecer o acolhimento e o suporte necessários para fortalecê-los. Para dar conta disso, o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) prevê a centralidade da família nos programas e serviços oferecidos, com olhar específico para cada ciclo de vida de seus membros. Aqui, o conceito de família vincula-se às relações humanas, em suas diferentes formas de organização, relações de parentesco e de contexto comunitário, ou seja: são reconhecidos os diversos arranjos familiares.

O trabalho da assistência social, nesse contexto, envolve relações humanas complexas, além de processos sutis e subjetivos: oferecer suporte para que as famílias possam cuidar e educar as crianças de forma responsável e cuidadosa; **oferecer espaços seguros para que famílias possam refletir sobre e construir seu projeto de vida; auxiliar homens e mulheres a tornarem-se pais e mães potentes, buscando formas positivas de criar e educar as crianças; reverter situações de violência familiar, assegurando à criança o direito de permanecer com sua família e de ter sua integridade física respeitada; diminuir a desigualdade econômica e de acesso à moradia.** São conhecimentos e práticas desafiadoras, que exigem olhar apurado e conhecimento técnico e estão em constante aprimoramento, ainda mais quando falamos de políticas públicas de ampla escala.

A primeira infância, que já aparecia em ações que olham a família em todos os seus aspectos e necessidades, ganhou mais espaço nos serviços de fortalecimento de vínculos a partir do Marco Legal da Primeira Infância (2016), que estabelece princípios e diretrizes para elaborar e implementar políticas públicas para essa fase da vida. No entanto, ainda é preciso percorrer um caminho longo para que projetos e programas municipais se tornem sólidos o suficiente para funcionar independentemente de questões políticas. *"A atuação da sociedade civil, de fundações ligadas ao tema e de frentes parlamentares são essenciais para que programas não sejam descontinuados antes de estarem bem consolidados para sobreviver a crises e mudanças"*, explica Ricardo Dutra, analista sênior do Ministério do Desenvolvimento Social.



O fortalecimento de vínculo entre bebês e seus cuidadores é essencial para garantir o desenvolvimento saudável das crianças. Os adultos devem ser fontes de segurança e acolhimento, pois boas experiências afetivas têm influência positiva no desenrolar da vida de cada indivíduo. A assistência social pode contribuir para isso com ações oferecidas dentro da proteção básica. Atividades envolvendo cuidadores e crianças na primeira infância nos Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), por exemplo, podem ser uma das estratégias. *Foto: Paulo Edison (Cascavel, PR).*

Cuidar de quem cuida

Um cuidador pode oferecer afeto e segurança para uma criança à medida em que ele próprio se sinta seguro em relação à sua vida e ao seu dia a dia, dispondo de tempo, energia e afeto para voltar-se a outro ser humano. Por mais difundida que esteja essa ideia, "cuidar de quem cuida" ainda se configura mais como um conceito do que como uma prática, principalmente quando se tratam de políticas públicas que buscam garantir os direitos considerados mais básicos. *"O cuidador é um personagem praticamente invisível aos olhos do Estado, que foca no sujeito que é cuidado, seja criança, idoso, pessoa com deficiência. Quem cuida por vezes não é remunerado, não tem seguridade social, folga, previdência, direito a descanso. Estamos falando quase sempre de mulheres, muitas delas negras e de classes mais baixas"*, comenta Roberta Viegas, coordenadora-geral do Observatório de Igualdade de Gênero do Ministério das Mulheres.

Além da busca por uma política nacional que institucionalize o trabalho de quem cuida – como remunerar o trabalho de cuidado, oferecer benefícios ou ampliar licenças –, é importante investir em ações que quebrem o senso comum de que a responsabilidade pelas crianças é uma tarefa feminina e exclusivamente da família e, assim, reduzam a sobrecarga emocional e de trabalho das mulheres.

Para fortalecer os vínculos entre pais e crianças, promovendo uma paternidade ativa, a cidade de Boa Vista (RR) implementou, em 2021, o Pacto pela Paternidade Boa. A iniciativa faz parte do programa Família que Acolhe *(ver Capítulo 1)* e tem como objetivo incentivar a participação ativa dos homens em todas as fases da parentalidade, desde a gestação até o desenvolvimento da criança.

O envolvimento dos homens no cuidado é um desafio que passa pela quebra de paradigmas histórico-culturais e precisa de um olhar atento de quem conduz os programas – muitos profissionais acabam, diversas vezes, convidando apenas as mulheres para os encontros.

Além de uma cultura mais igualitária no cuidado, envolver os homens no dia a dia da primeira infância pode contribuir para a saúde física e mental das mulheres, que ainda são as principais cuidadoras de bebês e crianças pequenas. Isso se reflete em menores níveis de estresse para os cuidadores que lidam diretamente com as crianças, reduzindo possíveis violências físicas, psicológicas e verbais.





O programa Pacto pela Paternidade Boa, de Boa Vista (RR), busca fortalecer a participação masculina no cuidado com bebês e crianças. Pelo programa, os pais recebem orientações sobre como estimular o desenvolvimento saudável das crianças. Além disso, são encorajados a participar das reuniões escolares, das consultas médicas e a se envolver na educação e na saúde dos filhos. *Fotos: Diane Sampaio.*

Os efeitos da educação não violenta

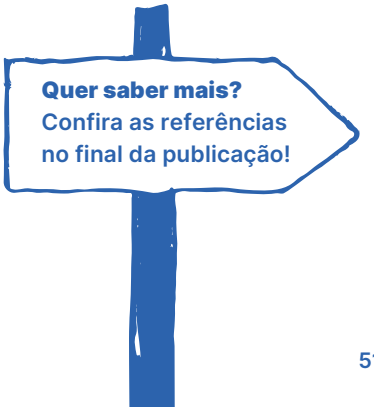
Reduzir comportamentos violentos nos cuidados da primeira infância é o objetivo do projeto Cria na Paz, desenvolvido pela Allma Hub em parceria com a Urban95. Em Caruaru (PE), o Cria na Paz foi iniciado em julho de 2023 e integrou profissionais da assistência social e da educação.

"Muitas vezes, a violência é uma referência da criação que aqueles adultos tiveram, por isso é necessário romper o ciclo e propor que eles se questionem antes de agir", explica Mariana Pedrosa, gestora de projetos na Allma Hub.

Como parte da iniciativa, a equipe técnica municipal do Programa Criança Feliz realizou rodas de conversas no CMEI do Monte Bom Jesus e em dois Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) com os cuidadores das crianças. O objetivo foi sensibilizá-los sobre práticas muitas vezes normalizadas ou até vistas como formas de cuidado e educação, como bater, colocar de castigo e humilhar. As ações renderam resultados positivos, como a crítica feita pelos próprios cuidadores sobre essas reações violentas que, até então, consideravam normais.

O programa usa uma ferramenta já comum para as famílias na disseminação das mensagens, já que todo CMEI tem um grupo de WhatsApp dos pais e responsáveis. Para dar início ao projeto, a prefeitura aproveitou os telões dos festejos de São João, que são tradicionais e muito populares na região, para passar as mensagens de "respirar e contar até cinco" antes de gritar ou castigar uma criança.

"A gente recebe muitas mensagens de mães falando que isso as ajudou a alterar o comportamento em relação aos filhos. Uma comentou que não queria repetir o que ela viveu na infância e mostrou as mensagens também para avós e outros membros da família", conta Swami Lima, assessor de projetos especiais da prefeitura de Caruaru.



A primeira infância nos serviços tipificados do SUAS

Hoje, no Brasil, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) abarca as complexidades envolvidas na transferência de renda, segurança alimentar e nutricional, inclusão produtiva e os serviços diretamente ligados à família, todas com influências diretas ou indiretas no bem-estar de bebês e crianças de todas as idades.

Abaixo, destacamos os serviços e os programas em que a primeira infância é o foco principal ou pode estar mais envolvida nas ações ofertadas.

Proteção social básica

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)
Programa articulado:
Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz

Proteção social especial de média complexidade

Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias
Serviço Especializado em Abordagem Social
Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

Proteção social especial de alta complexidade

Serviço de Acolhimento Institucional: Abrigo, Casa-Lar, Residência Inclusiva
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora
Serviço de Acolhimento em República
Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências
Programas e ações estratégicas e intersetoriais:
Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
Operação Acolhida (acolhimento e interiorização de migrantes venezuelanos)

Fontes: ***Integração das ofertas socioassistenciais: um olhar para a primeira infância*, Ministério do Desenvolvimento Social; *Resolução CNAS/MDS nº 117, de 28 de agosto de 2023*; e *Secretaria Nacional de Assistência Social – Ações 2023*. Ministério do Desenvolvimento Social, Assistência Social, Família e Combate à Fome.**

ESTUDO DE CASO

Fortalecimento de vínculos e primeira infância em Cascavel (PR)



Parte da iniciativa Urban95 desde 2021, o município paranaense de Cascavel é conhecido por implementar de forma pioneira e em ampla escala o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora – medida de proteção que organiza o cuidado de crianças e adolescentes afastados temporariamente de suas famílias em residências de famílias acolhedoras selecionadas, capacitadas e acompanhadas para cumprir tal função.

Apesar de ser uma política pública de referência e considerada prioritária, o município entendeu que era preciso investir mais em prevenção, assegurando às crianças o direito de conviver com suas famílias e, com esse foco, iniciou em 2021 ações para reforçar a oferta de atividades de fortalecimento de vínculo em famílias com crianças na primeira infância, potencializando o PAIF já ofertado nos CRAS e o SCFV já ofertado nos Centros de Convivência Intergeracional (CCIs), e dando ênfase na primeira infância. *"Na época, foi preciso uma mudança de pensamento, pois o atendimento à primeira infância era pequeno, e as técnicas tinham insegurança sobre que tipo de atividade ofertar, ou quais materiais utilizar"*, explica Poliana Lauther, assistente social e supervisora de equipes na Secretaria de Assistência Social de Cascavel (PR).



Após a aplicação de um projeto piloto com foco no aumento e na qualificação de atividades para a primeira infância nos CRAS e CCIs, o projeto ganhou escala, entrou na agenda de atendimentos da proteção básica e hoje dá assistência a quatrocentas famílias tanto nas nove unidades de CRAS quanto nos sete CCIs da cidade. Como parte da institucionalização do programa, ele entrou no Plano Municipal pela Primeira Infância 2022-2032 de Cascavel. *Fotos: Paulo Edison.*

ESTUDO DE CASO

Com o aumento da oferta de atividades, o número de crianças de 0 a 6 anos que frequentam as ações dos Centros de Convivência Intergeracional (CCIs) cresceu de 46 em 2019 para 637 em 2023.

No início, dez crianças eram atendidas em um dos Centros de Convivência e sessenta gestantes eram atendidas em grupos que aconteciam em nove unidades socioassistenciais selecionadas para o projeto piloto, que durou seis meses. Para a elaboração e a implementação do projeto piloto, o município contou com a consultoria do CECIP, que acompanhou semanalmente as atividades, e uma formação sobre o brincar livre com o Descobrir Brincando. Foi implementada, ainda, a primeira Bebeteca em Cascavel, um espaço com livros, brinquedos e mobiliários pensados especialmente para favorecer a autonomia dos bebês. A Bebeteca também recebe reuniões e encontros com cuidadores, sendo um espaço de escuta e acolhimento das suas necessidades.

As atividades abriram espaço para crianças e famílias que antes estavam invisíveis. *"São famílias em que as violências não eram identificadas e que estavam em alto grau de vulnerabilidade. Conseguimos acolher nos grupos e promover encaminhamentos para outras políticas de transferência ou geração de renda, de saúde, tornando-as mais protetivas para as crianças. É um caminho importante que já trilhamos"*, afirma Poliana.

Participação dos homens nas tarefas de cuidado

Desde novembro de 2023, Cascavel deu um passo a mais nesse atendimento: percebendo que o público das atividades era só de mulheres, iniciou uma estratégia de mudança de comportamento chamada FamiliAção, que envolve os cuidadores homens na rede de cuidado. Para isso, os chamados para as atividades são direcionados a eles, as atividades foram reorganizadas em horários alternativos e foram desenvolvidos jogos e tarefas para serem feitas com as crianças, como a leitura de um livro das emoções. *"Estruturalmente, coloca-se a responsabilidade do bem-estar da família e da criança na mulher, que precisa buscar ajuda, interromper a violência, mudar o comportamento dela e o dos homens. A sobrecarga fica clara, por isso é preciso cuidar delas também e mostrar aos homens como eles podem participar"*, explica Poliana.

Nas unidades de CRAS que ofertam o PAIF, o atendimento foi dividido para três públicos:



Grupo “Gestar e Construir”

Para pessoas gestantes: oferece um espaço de acolhimento, trocas e informações sobre gestação e o desenvolvimento da parentalidade e dos cuidados com o bebê, além de garantir a participação no programa Beberço, que oferece um kit enxoval para o novo membro da família.



Grupo “Primeiros Passos”

Para bebês de 0 a 3 anos e seus cuidadores: ocorre nas Bebetecas, espaços de brincar livre com equipes preparadas para fazer atividades e rodas com troca de experiências entre as famílias.



Grupo “Universo da Criança”

Para crianças entre 3 e 6 anos: oferece atividades e brincadeiras que estimulam o seu desenvolvimento e o vínculo entre elas.

Fonte: **Prefeitura de Cascavel**

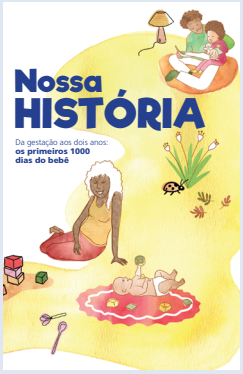
ESTUDO DE CASO

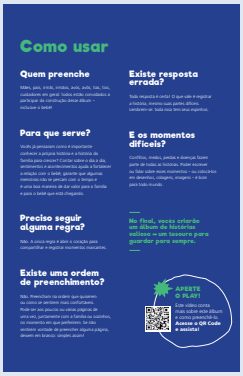


As Bebetecas são espaços de brincar livre e de proximidade com livros para a primeiríssima infância. Em Cascavel (PR), a primeira Bebeteca foi instalada como um projeto piloto em um CCI, com atividades periódicas para famílias com bebês. O espaço se transformou, também, em local de troca e de criação de vínculos entre cuidadores, a maioria mulheres. Com os resultados positivos, o município licitou a instalação de Bebetecas nas dezesseis unidades de CRAS e CCIs. *Foto: Paulo Edison.*

Quer saber mais?
Confira as referências no final da publicação!

História de vida: estratégia de fortalecimento de vínculo





Como parte da estratégia de fortalecimento de vínculo, foi desenvolvido, também, o álbum "Nossa História – da gestação aos dois anos, os primeiros 1000 dias do bebê", para ajudar a família a registrar os primeiros momentos da vida da criança. Páginas temáticas têm espaços para serem preenchidos a partir da experiência, informações e memórias de cada família. O material traz sugestões e dicas sobre paternidade positiva, redes de apoio, educação não violenta, brincar livre e na natureza, o uso dos espaços urbanos, amamentação, vacinação e direitos da gestante, da família e do bebê.

Além de fomentar a conexão entre cuidadores e bebês por meio da construção da história e da identidade da nova família, o álbum abre janelas de diálogo entre técnicos e cuidadores: em Cascavel, o álbum está sendo utilizado pelas equipes dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Convivência Intergeracional (CCIs) como um instrumento na hora de desenvolver ações com bebês, famílias e cuidadores.

Fortalecimento de vínculos e primeira infância

Tempo de atuação: Desde 2021.
Público-alvo: Gestantes, pais, bebês, crianças pequenas até os 6 anos.
Secretarias envolvidas: Secretaria de Assistência Social.
Etapas percorridas: 1. Sensibilização das equipes e compreensão da oferta das atividades para a primeira infância > **2.** Levantamento de dados do Cadastro Único e Programa Bolsa Família e identificação de famílias com crianças na primeira infância > **3.** Organização dos espaços e planejamento das atividades > **4.** Execução dos grupos do SCFV e do PAIF em turnos de até 1h30 > **5.** Avaliação do projeto piloto > **6.** Licitação de espaços de Bebeteca para dezesseis equipamentos (CRAS e CCIs) > **7.** Escala do projeto para dezesseis equipamentos da rede de assistência social > **8.** Monitoramento e avaliação do programa.

A política de assistência social e a primeira infância

Por Maria do Carmo Brant de Carvalho

Costumamos dizer que a assistência social é uma jovem política pública inscrita em nossa Constituição de 1988 no campo da seguridade social. Anteriormente, era conhecida como uma prática social voltada aos pobres e excluídos, assumida preponderantemente pela sociedade civil benemerente e filantrópica. O Estado agia subsidiariamente seguindo, quase sempre, os padrões da benemerência e da tutela.

A assistência social, em nossa Constituição, integra a seguridade social composta pelo tripé: política de saúde (direito de todos), previdência social (direito dos que têm o seguro do trabalho formal) e política de assistência social para aqueles que, vivendo na vulnerabilidade social, necessitam da proteção do Estado. Firmou-se como direito de cidadania e política de inquestionável relevância, ganhando robustez e reconhecimento político. Assim, instituiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, implantou os serviços de referência em proteção básica quase na totalidade dos municípios brasileiros e os serviços de proteção especial em médios e grandes municípios. Definiu diretrizes, normas, fortaleceu conselhos e assegurou recursos.

Atenção e cuidado com crianças na primeira infância

A pobreza e a desigualdade no Brasil são gritantes, e são as crianças em situação de pobreza as que mais precisam da ação do Estado para assegurar os cuidados necessários e seu desenvolvimento. Olhar para a primeira infância é essencial para os serviços e os programas de assistência social.

Conceitualmente, a família é a unidade básica priorizada pela assistência social, reconhecendo que as vulnerabilidades sociais são interdependentes e concentradas em coletivos (famílias e territórios/comunidades). Se toda atenção pública à criança pequena exige famílias e comunidade, esse é o chão da política de assistência social, que hoje lidera a atenção a crianças pequenas no contexto familiar e comunitário, como atestam os programas Criança Feliz e Família Acolhedora.

A primeira infância constitui uma janela de oportunidade no que tange à proteção, desenvolvimento humano e enfrentamento das desigualdades. Por meio de visitas domiciliares sistemáticas e periódicas, podem-se estabelecer vínculos de proximidade e relações interpessoais, introduzindo uma nova abordagem no cuidado e na proteção às crianças na primeira infância.

Essa abordagem vem crescendo por meio do Programa Criança Feliz (2016), motivado pelo Marco Legal da Primeira Infância e inspirado em programa similar, o Primeira Infância Melhor (PIM), do Rio Grande do Sul. O Criança Feliz visa a estimular o desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo de crianças desde a gestação até os 6 anos de idade. Vale-se de visitas domiciliares para

apoiar familiares e cuidadores em seu ambiente de vida, contribuindo para o exercício da parentalidade e mediando o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias às políticas e serviços públicos. Outra importante característica do Criança Feliz é ser intersetorial.

Na Proteção Social Básica, temos também instituído os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com oficinas grupais para gestantes e nutrizes com seus filhos pequenos.

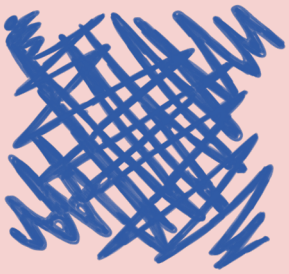
Já os serviços de Proteção Social Especial são focados nas crianças afastadas de seus pais biológicos em razão de abandono, violência, negligência, maus tratos, quando o poder judiciário pode determinar o regime de tutela em abrigos institucionais, em famílias acolhedoras, ou família extensa. Esses serviços são realizados no eixo da proteção especial.

O serviço Família Acolhedora, especificamente, ganhou destaque nos últimos anos. É um serviço do SUAS que organiza o acolhimento em residências de famílias selecionadas e capacitadas para receber crianças e adolescentes que precisam ser afastados do convívio com a família de origem por determinação judicial. É um acolhimento temporário, até que seja viabilizado o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para a adoção. Pesquisas já apontaram que, quando a medida protetiva é necessária, o acolhimento em Família Acolhedora é mais benéfico ao desenvolvimento integral dos acolhidos, pois propicia atenção individualizada e afetuosa, e a preservação do convívio comunitário. Entre os serviços mais reconhecidos no Brasil estão o de Campinas (SP) e o de Cascavel (PR).

Não se reduzem os efeitos de vulnerabilidades sociais cumulativas apenas com investimentos na família – é preciso investimentos e intervenção simultânea nos ambientes em que vivem, e esta é uma inovação da política de atenção à primeira infância, pois incide na família e no território/comunidade em simultâneo. Ou seja, não se pode apenas prover proteção social sem unir as demais políticas: os serviços, os espaços, os sujeitos, as oportunidades e as relações existentes no território em que nossa população habita.

A transversalidade é exigência absoluta, pois as vulnerabilidades sociais são multidimensionais, interdependentes e concentradas em coletivos. São decorrentes das enormes desigualdades na apropriação da riqueza, na apropriação de bens e serviços e no exercício do poder.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO é doutora em serviço social pela PUC-SP, pós-doutora em ciência política pela Haute Ecole Sciences Sociales (Paris), foi professora titular na pós-graduação na PUC-SP, dirigiu a ONG Cenpec e foi gestora pública no município de São Paulo e no governo federal na política de assistência social.







4

A educação infantil e as infâncias





A educação infantil é espaço de estímulos para o desenvolvimento, de aprendizagens e de interação. No brincar e nas atividades pedagógicas, o bebê e a criança pequena desenvolvem sociabilidade, lidam com alteridade e diversidade, e fazem seu primeiro contato com habilidades que usarão para toda a vida, com o desenvolvimento emocional, social e cognitivo.

"Através da linguagem do brincar, acolhem-se conhecimentos de diferentes procedências e se constroem processos coerentes com as necessidades de aprendizagem e de possibilidades de viver a infância", explica Edneia Gonçalves, socióloga, educadora e coordenadora executiva adjunta da associação Ação Educativa. *"Neste processo, é preciso ter em vista a diversidade de culturas e os desafios que envolvem o enfrentamento às desigualdades de raça, classe e gênero no Brasil"*, complementa.

A garantia à educação infantil está prevista em marcos legais como a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Mas em um país de profundas desigualdades sociais, econômicas e raciais como o Brasil, a escola ainda não é para todos. Em 2023, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) demonstrou uma queda no número de crianças de 4 e 5 anos que estavam matriculadas nas escolas do Brasil (de 92,7% em 2019 para 91,7% em 2022), o que afasta o país da meta de universalizar o acesso à pré-escola. O Anuário da Educação Brasileira Básica 2021, pesquisa do Todos Pela Educação, apontou que 54,3% das crianças de 0 a 3 anos pertencentes aos domicílios mais ricos estavam em creches em 2019, enquanto apenas 27,8% das crianças pertencentes aos domicílios mais pobres estavam matriculadas em creches.

Garantir vagas é um primeiro passo mas não é suficiente – é preciso, também, garantir qualidade da educação e dos espaços educativos, incluindo educadores bem remunerados e em formação continuada, infraestrutura organizada com higiene, nutrição saudável, acesso à natureza, oportunidades de brincar ao ar livre, além de mobiliários e brinquedos adequados.

Arte como fortalecimento de vínculo em Fortaleza (CE)

Uma proposta curricular inovadora é um primeiro passo para a qualidade da educação infantil. Fortaleza deu esse passo em 2016, quando elaborou seu currículo, e em 2020, quando fez a sua revisão. *"O nosso currículo valoriza o protagonismo das crianças no processo de aprendizagem, com o educador sendo um mediador desse processo"*, explica Simone Calandrine, coordenadora de educação infantil.

Um exemplo de inovação no currículo é o Projeto Ateliê, onde escolas de educação infantil implementam espaços de artes que vão desde a exploração de materiais naturais até atividades artísticas como pintura, música, dança e cerâmica. As atividades acontecem, muitas vezes, em espaços ao ar livre, conectando-as com a implementação de pátios naturalizados nas escolas do município *(ver Volume 1)*.



Entre as atividades do projeto Ateliê na educação infantil de Fortaleza (CE), estão as pinturas com tintas naturais, feitas pelas próprias crianças, e em espaços ao ar livre. O projeto parte de expressões artísticas com o contato com tintas, argila e elementos naturais e inclui até observação de insetos na natureza, para evidenciar a criança como protagonista na sala de aula. *Foto: Tainá Cavalcante.*

Gestão democrática e com as crianças, Alfenas (MG)

Estruturar um currículo sólido, que faça sentido para as crianças e em conjunto com a comunidade, foi o que impulsionou a criação da metodologia Nomad's, em Alfenas (MG). Desenvolvida pela Secretaria Municipal de Educação, a metodologia está em funcionamento no Centro Municipal de Educação Infantil Zita Engel Ayer (Catavento). Nele, as crianças se engajam em projetos de aprendizado com atividades dentro e fora da sala de aula. Elas podem servir sua própria comida, decidir seus horários de soneca e as questões que chegam são respondidas por uma gestão democrática, formada por educadores, pais e outros atores da comunidade.

"O Nomad's tem como pilares a autonomia, a flexibilidade e a gestão democrática. Somos responsáveis por trabalhar o que é posto no currículo mineiro e na BNCC, mas de uma maneira com que eles sintam vontade de aprender, a partir de seus desejos", relata Thays Salles, secretária-executiva de Educação da cidade.

Os temas para serem abordados em sala de aula podem sair de uma conversa em roda, com as crianças, no pátio da escola – onde os educadores fazem uma escuta atenta e apreendem os temas para criação de projetos. Se uma das crianças se interessa pelo barulho que uma cigarra produz, por exemplo, a curiosidade sobre o ciclo de vida do inseto vira debate no círculo e o educador, a partir do diálogo com a turma, cria um percurso formativo que combina aprendizados nos diversos campos de experiência. Por meses, e a partir do desejo do grupo, a cigarra virará tema principal da turma.

Contato com a natureza e com o território

Diversas cidades da iniciativa Urban95 vêm apostando em pátios naturalizados em seus centros de educação infantil. É o caso de Benevides (PA), Canoas (RS), Caruaru (PE), Cascavel (PR), Pelotas (RS) e Sobral (CE), onde a construção dos pátios é acompanhada de formação para diretores, coordenadores e educadores, sobre o desemparedamento das infâncias – termo que significa, literalmente, sair dos espaços fechados por paredes, e incluir aulas em ambientes externos – e sobre o brincar livre. Com apoio de parceiros Urban95 como o Coletivo Taboa e o Instituto Alana, debatem-se questões como o papel do brincar livre, os riscos no brincar, a conexão com elementos tradicionais da cultura local e o pátio como um espaço educador.

Em Caruaru (PE), a abertura das escolas para a comunidade caminhou em paralelo com o desejo por um currículo atrelado ao desemparedamento. *"A maior parte dos nossos centros de educação infantil está em bairros de alta vulnerabilidade e com carência de infraestrutura. De dentro para fora, levando práticas de desemparedamento, os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) passam a ser utilizados como propulsores de políticas públicas"*, relata Swami Lima, assessor de projetos especiais do município.





As escolas de educação infantil de Caruaru (PE) investem na construção de espaços naturalizados tanto dentro dos pátios quanto no entorno imediato, com mobiliários, brinquedos e elementos naturais *(ver Volume 1)*. Na transformação do pátio do CMEI José Pinheiro, uma atividade de engajamento da comunidade rememorou a manifestação cultural do Boi Tira-Teima. Agora, rodas para celebrar essa manifestação fazem parte do cotidiano da escola. *Fotos: Jorge Farias (no alto) e Felipe Corrêa (acima).*





Nas escolas de educação infantil de Canoas (RS), brincar nos pátios naturalizados é parte do trabalho pedagógico. Bebês e crianças pequenas interagem com elementos da natureza, como sementes, folhas e flores, e exploram de forma criativa e curiosa os mobiliários naturalizados, como cozinhas da floresta e caminhos de troncos. O desemparedamento é uma prática amplamente presente na formação continuada das equipes de educação da cidade. *Fotos: Gabriel Abreu.*

ESTUDO DE CASO

Programa Escola Inovadora, Jundiaí (SP)



Práticas de brincar livre e em contato com a natureza, que fazem sentido para as crianças pequenas e entrelaçam a escola com o território e com a comunidade: este é um dos principais pontos do currículo de educação infantil de Jundiaí (SP). Quando a pedagoga Vastí Ferrari assumiu o cargo de gestora na Unidade de Gestão de Educação, em 2017, ela estava inspirada com as recentes visitas técnicas a experiências pedagógicas de desemparedamento na Alemanha e Holanda. O município, então, começou a tessitura do programa Escola Inovadora que, em 2018, recebeu apoio de parceiros como a Fundação Van Leer e o Instituto Alana.

Em sua primeira etapa de implementação, o programa ofertou uma carta de serviços às escolas, com vivências e formações em diferentes áreas de conhecimento – se a unidade quisesse implantar uma horta, por exemplo, elas podiam acessar o Vale Verde, um espaço de horta em grande escala que abastece as escolas na alimentação, com mudas de hortaliças e legumes; se quisesse inserir práticas tecnológicas, podiam acessar o FAB

O currículo da Educação Infantil incentiva a conexão com os quatro elementos da natureza: terra, água, ar e fogo. Na EMEB Profa Angela Rinaldi Bagne, os espaços externos receberam contextos promotores de aprendizagem voltados para esses quatro elementos. A prática de acender a fogueira e cozinhar alimentos como banana e milho faz parte da conexão com o elemento fogo, por exemplo. *Fotos: Sérgio Leão.*



Lab, um laboratório maker, entre outras opções. Durante o mesmo período, mais de 600 profissionais se debruçaram na elaboração do Currículo Jundiaiense, enquanto várias escolas passaram por uma revitalização dos espaços, tornando-os ambientes de aprendizagem, incluindo obras para acomodar práticas de aula nos pátios.

A aprendizagem ao ar livre é o cerne do programa, refletido tanto na prática pedagógica – com tempo para que as crianças se aventurem e brinquem ao ar livre – quanto no esverdeamento dos espaços educativos, com a arborização, requalificação de pátios escolares e a criação de hortas e pomares, que desempenham um papel ativo na composição de uma merenda integral saudável.

Passo a passo da implementação de projetos

As hortas escolares são um bom exemplo de como a tríade ambiência, formação continuada e desemparedamento funciona. Ante a perspectiva da

ESTUDO DE CASO



Os espaços ao ar livre fazem parte da prática pedagógica cotidiana das escolas de educação infantil de Jundiaí (SP). Para isso, os pátios foram esverdeados, com mais arborização e oportunidades de contato com a natureza. ***Foto: Sérgio Leão.***

instalação da horta, faz-se uma grande formação, incluindo uma visita ao Vale Verde, espaço onde é feito o plantio e a distribuição de alimentos que vão para as merendas, além de projetos de PANCs e de mel produzido por abelhas sem ferrão. Mostra-se numa grande escala como se produz uma horta, e como a produção desse espaço, em conjunto com a criança, ativa saberes e aprendizagens relacionadas ao currículo.

Munidos de conhecimentos – e plantas! – é chegada a hora de construir a horta. Ela precisa ser acessível, com rampas para cadeirantes. Também precisa ter espaço para atividades pedagógicas que aconteceriam dentro da sala de aula, mas que podem acontecer ali, ao ar livre. Crianças desenham o que desejam para a horta e participam de sua criação e manutenção. Quando verduras e legumes estão maduros, é hora de ir para a cozinha, experimentar receitas e elaborar a merenda.





As experiências ao ar livre fomentam o desenvolvimento da consciência corporal, da descoberta de processos de transformação da natureza e estimulam a colaboração com outros colegas. As crianças também se sentem mais calmas, segundo a professora Gabriela Lima e Silva, da EMEB Profa Angela Rinaldi Bagne. *Fotos: Sérgio Leão.*

ESTUDO DE CASO

Os três pilares do programa Escola Inovadora



Formação dos educadores

Educadores de educação infantil são partícipes da construção do currículo e dispõem de tempo e apoio para processos formativos sobre práticas inovadoras, especialmente por meio da metodologia do Desemparedamento da Escola. São mais de duas mil horas de formação por ano.



Qualidade do Ensino

De materiais não estruturados a aulas de inglês, o uso de tecnologias para investigação e pesquisa, jogos e projetos são parametrizados em favor das aprendizagens. Metas e avaliações auxiliam os educadores da rede a entender o desenvolvimento de cada criança, de toda a turma e da escola buscando as melhores estratégias.



Ambiência

Tudo que existe no espaço é planejado para favorecer o desenvolvimento de competências inerentes à primeira infância, estimular a criatividade e o aprendizado e facilitar o brincar livre dentro e fora da sala de aula.

Fonte: **Prefeitura de Jundiaí**

Este conhecimento extrapola os muros da escola e chega às casas. *"As famílias passam a ter uma alimentação mais saudável. Elas contam que crianças que não comiam legumes hoje pedem cenoura, rabanete, beterraba... Elas experimentaram os alimentos de maneira lúdica e tranquila, sem obrigações, testando como gostam de comer"*, relata Tânia Gurgel, gestora adjunta da Unidade de Gestão de Educação de Jundiaí.

O currículo da Educação Infantil das escolas incentiva a conexão com os quatro elementos: terra, água, ar e fogo. Em 2023, a professora Gabriela Lima e Silva, da EMEB Profª Angela Rinaldi Bagne, estruturou, juntamente da equipe escolar, contextos promotores de aprendizagem nos espaços externos da escola, voltados para esses quatro elementos.

Para o elemento terra, puderam plantar e manejar suculentas e girassóis em um canteiro preparado com a participação das próprias crianças e também se esbaldaram na areia dentro de um barco de madeira. No elemento água,

elas brincaram com borrifadores. Para o ar, as atividades iam desde brincadeiras de bolha de sabão até soltar pipa. O fogo era o favorito das crianças: elas buscavam galhos para acender uma fogueira e, nela, assaram banana, milho e abacaxi.

"As crianças ao ar livre se sentem mais calmas", conta Gabriela. *"O espaço fechado cansa, traz agitação e choro. No espaço aberto, elas podem correr, se mexer, a imaginação vai longe, vem a calmaria, o choro diminui e elas se concentram. Pode até parecer perigoso mexer numa fogueira, mas elas têm noção do limite, respeitam o espaço, entendem até aonde podem ir"*.

Tudo isso conectado com os campos de experiência da Educação Infantil preconizados pela BNCC. *"As atividades ao ar livre perpassam os cinco campos de experiência e garantem os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento"*, explica Cristiane Kramer, coordenadora pedagógica da EMEB Profª Angela Rinaldi Bagne.

Ao explorar o ambiente natural, por exemplo, as crianças desenvolvem consciência sobre si, os outros e sobre a interação com o meio ambiente. Ao correr, pular, escalar, rolar, subir, descer, pendurar, escorregar, desenvolvem consciência corporal. *"Essas brincadeiras também favorecem o desenvolvimento da colaboração e empatia, ao compartilhar experiências e interagir com a natureza"*, conta Cristiane, que complementa: *"Elas exploram texturas, cores, formas, sons e odores; percebem diferentes medidas e quantidades enchendo e esvaziando recipientes com elementos da natureza, e compreendem processos de transformação, como o crescimento das plantas"*.

Escola Inovadora

Local de implementação: Todas as 103 escolas da rede de ensino municipal de Jundiaí (SP), desde a Educação Infantil até a Educação de Jovens e Adultos.
Tempo de atuação: Desde 2018.
Secretarias envolvidas: Unidade de Gestão de Educação (UGE).
Objetivo: O desenvolvimento integral dos estudantes da rede municipal de ensino, com foco em três eixos: ambiência escolar, formação dos educadores e qualidade do ensino.
Público-alvo: Estudantes da rede municipal de ensino, educadores, comunidade escolar, gestores.
Etapas percorridas: 1. Definição dos objetivos, eixos de atuação e estratégias > **2.** Formalização por lei (9.059/2018) > **3.** Plano Plurianual (PPA) > **4.** Criação de ambientes escolares planejados, com ênfase na ocupação dos espaços externos e no conceito de desemparedamento > **5.** Capacitação contínua dos educadores, com a implementação de recursos para aulas síncronas e assíncronas > **6.** Lives para formação durante a pandemia de Covid-19 > **7.** Melhoria do material didático > Desenvolvimento do Currículo Jundiaiense > **8.** Adaptação durante a pandemia > **9.** Monitoramento com foco nos resultados de aprendizagem > **10.** Resultados e projeções > **11.** Criação do Centro Internacional de Estudos, Memória e Pesquisas da Infância (Ciempi).

Educação e primeira infância: a revolução do cuidado

Por Maria Thereza Marcilio

Ao nascer, o bebê traz tudo que é necessário ao seu pleno desenvolvimento. Mas, ao contrário de praticamente todos os outros animais, para que isso se transforme em realidade, ele precisa ser acolhido, cuidado e inserido na comunidade. Caso um bebê não seja cuidado desde o seu nascimento, não conseguirá sobreviver.

O que significa ser cuidado? Etimologicamente, a palavra vem do latim *cogitātu* – reflexão, pensamento. Significa atenção, cautela e precaução. É interessante notar a origem, pois o uso corrente associa-se mais à provisão e à proteção do que a uma atividade reflexiva que envolve pensamento e reflexão. Costumamos associar o cuidar a algo emocional, não ao racional.

Historicamente, o atendimento à primeira infância é visto como responsabilidade da família, cabendo à mãe o papel de principal responsável pelo cuidar. Ao longo do tempo, somente as crianças abandonadas ou de famílias vulneráveis eram acolhidas em estabelecimentos-creches, que tinham como missão guardar, alimentar e atender às necessidades das crianças. Até 2006, a ida obrigatória à escola era só a partir dos sete anos, ou seja, do então primeiro ano do Ensino Fundamental. Apenas com a emenda constitucional de 2009, a obrigatoriedade passou a ser a partir dos quatro anos.

Já os jardins de infância (ou pré-escolas) surgem para receber crianças a partir de 5 anos com a perspectiva de prepará-las para a escola. Assim se estabeleceu a cisão: havia os estabelecimentos que acolhiam as crianças "desamparadas", de caráter assistencial, que cuidavam das crianças e, para isso, não havia necessidade de uma profissionalização; e havia o jardim de infância, voltado à preparação para a escola, onde as crianças se submetiam à aprendizagem da língua escrita.

Nos dois, a marca de gênero se faz presente: ainda hoje, a força de trabalho é predominantemente feminina e os salários são baixos.

A educação infantil como direito

A Constituição de 1988 traz, no artigo 205, a educação como responsabilidade compartilhada pela família, sociedade e estado, isto é, compartilhar a atenção, o cuidado, a educação e o desenvolvimento das crianças. Indica também que o olhar sobre elas não deve ser fragmentado: todos juntos compartilham o dever de atender à criança.

Além disso, a Constituição afirma que a Educação Infantil deve ser oferecida em creches e pré-escolas e garante o direito de todos os trabalhadores à assistência gratuita aos seus filhos, do nascimento aos cinco anos de idade, em creches e pré-escolas. Esses avanços se desdobram no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990), trazendo o dever do Estado em

assegurar atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos. A dimensão do cuidado passa a ser elemento central e norteador para concretizar a criança como sujeito de direitos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) avança na mesma direção e estabelece a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica a ser ofertada em creches, pré-escolas e centros de atendimento infantil. Dizer que as crianças de zero a três anos matriculadas em instituições educativas estão numa creche traz para o campo da Educação Infantil a dupla função de educar e cuidar, revelando-os como termos indissociáveis.

A creche não é para os pobres e desvalidos, também não é política pública de assistência social. Ela sai de um lugar quase marginal e ganha legitimidade oficial. **A creche está na educação, é parte da Educação Básica e requer profissional com formação específica que possa prover o cuidado e a educação necessárias ao pleno desenvolvimento das crianças.** Ao mesmo tempo, ao integrar a creche e a pré-escola na Educação Infantil, leva-se à pré-escola o componente do cuidado.

É imperativo reconhecer o cuidado como algo além da assistência: ele tem que ser visto como atendimento a necessidades emocionais e afetivas, traduzido pelo aconchego, acolhimento, consolo, assim como atenção a necessidades básicas de alimentação, sono e higiene.

Esses avanços nas concepções de infância e de Educação Infantil como direito têm tido impactos qualitativos e quantitativos na educação do país. No entanto, as demandas para a formação de profissionais, para a qualificação dos ambientes e para a organização da carreira de magistério ainda estão longe de serem equacionadas. Há desigualdades regionais, de classe, de gênero, de etnia, de moradia, de condições materiais de oferta e de formação profissional. As políticas ainda são majoritariamente setoriais e há pouca articulação, fatores que incidem negativamente no atendimento integral e integrado à infância.

O desafio é transformar intenção em gesto, vencer a iniquidade e se comprometer com a justiça social. É necessário formular políticas, programas e atividades que estejam de acordo com o modo da criança ser e estar no mundo e que ofereçam atendimento integral e integrado, inclusive às famílias, com as diretrizes e os princípios que o país já definiu.

Neste cenário, nosso desejo é que os diferentes profissionais envolvidos no cuidado, atenção, educação e proteção da primeira infância sejam capazes de ver na mais pobre e mais desprezada das crianças o brilho da inteligência, a centelha da humanidade.

MARIA THEREZA MARCILIO é licenciada em Pedagogia (UFBA), mestra em Educação (Harvard Graduate School of Education) e presidenta da Avante Educação e Mobilização Social.





5

A criança e a cultura





Bebês e crianças pequenas têm o direito inalienável à cultura, o que compreende diversas linguagens artísticas, como música, literatura, pintura e teatro, além do acesso a equipamentos públicos culturais de qualidade. É ainda direito deles ter acesso a patrimônios materiais preservados – como prédios ou marcos históricos que narram a história de seus territórios – e ao patrimônio imaterial, isto é, saberes, festas populares, mercados, feiras e práticas culturais coletivas.

André Cherubini, ator e criador do Sobrevento, grupo de teatro que faz espetáculos para bebês, diz: *"É comum dizer que a cultura é um direito tanto quanto saúde e educação. Mas eu iria além: cultura é saúde, cultura é educação. Não existe uma realidade de direitos deslocada da cultura, porque o fazer cultural é intrínseco ao ser humano"*.

É preciso também reconhecer que infâncias são produtoras de uma cultura própria, com códigos e comportamentos diferentes dos adultos. **A partir do brincar, a criança produz seu entendimento de mundo e se relaciona com seus pares e com o entorno, usando a imaginação e a criatividade para solucionar problemas, pesar riscos e criar uma compreensão de si.** "*Crianças aprendem muito mais com outras crianças*", diz o psicólogo Peter Gray no artigo "Cultura das infâncias e como nós adultos quase a destruímos". É papel dos adultos proporcionar espaços em que as crianças possam estar perto umas das outras, tendo a oportunidade do brincar livre.

Marcelo Peroni, gestor da Unidade de Gestão e Cultura (UGC) da cidade de Jundiaí (SP), acrescenta: *"Quando falamos de ofertar cultura para a primeira infância, estamos falando de uma questão relacionada à humanidade, ao comportamento humano no presente e seu potencial de futuro, da construção de um senso estético, de pertencimento e de vivência"*. Para Marcelo, a cultura é uma ferramenta potente de transformação, e ainda ressalta: *"Se cultivamos a cultura desde a primeira infância, até mesmo durante a gestação, ela se tornará um hábito para toda a vida"*.



Além de contribuir para o desenvolvimento, as atividades culturais têm influência positiva no ambiente e nos vínculos familiares, pois uma criança nunca vai desacompanhada a uma atividade cultural. Na imagem, teatro para bebês realizado pelo grupo Sobrevento em São Paulo (SP). *Foto: Marco Aurelio Olímpio.*

Garantir cultura como política pública

Embora direito inalienável, a cultura é frequentemente vista com menos importância em comparação a outros direitos. Prova disso é que, de 2011 até 2021, o orçamento federativo para cultura – pasta responsável por leis de incentivo, fomentos e editais nacionais – caiu 46,5% segundo pesquisa do Siga Brasil, plataforma de informações orçamentárias mantida pelo Senado Federal.

Os impactos dessas reduções são sentidos nos municípios, que dependem do repasse de verba para organizar planos municipais de cultura, alinhados com as particularidades de seu território, além de cuidar do tombamento de patrimônios materiais e imateriais.





A pasta de cultura de Jundiaí (SP) mantém corpos artísticos de teatro, de dança, de música e, dentro desses corpos artísticos, há sempre uma produção dedicada à primeira infância, com ações ao longo do ano. *Fotos: Prefeitura de Jundiaí.*

“A cultura é essencial para o desenvolvimento da capacidade crítica, do discernimento, da escuta profunda, da expressividade e da criatividade artísticas, da sensibilidade, da saúde e da capacidade de resiliência individual e coletiva, bem como é um potente recurso da expressividade afetiva e emocional nos primeiros anos de vida.”

Plano Nacional da Primeira Infância (2020)

Apesar da redução de repasse, os municípios podem e devem garantir a oferta de cultura para a primeira infância. Um dos passos para isso é que o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) leve em conta a cultura como um de seus eixos prioritários. **Os planos municipais precisam contemplar a primeira infância, criando ações específicas para adequar equipamentos, formar equipes e mediadores de cultura e também transversalizar as ações de cultura em conjunto com outras áreas da gestão.** Consequentemente, as metas do PMPI devem ser monitoradas e as ações devem estar no orçamento municipal.

Iniciação Artística para a Primeira Infância

Na cidade de São Paulo (SP), a oferta de atividades artísticas em equipamentos públicos, como bibliotecas, Centros de Educação Unificados (CEUs) e Escolas Municipais de Iniciação Artística (EMIAs), têm como objetivo despertar o interesse das crianças pelas expressões culturais. Entre as ações do município, destacam-se os encontros periódicos do Programa de Iniciação Artística para a Primeira Infância (PIAPI).

São oficinas gratuitas, realizadas uma vez por semana, sobre temas diversos, como audiovisual, dança, artes visuais, literatura, teatro, circo e música, sempre com uma dupla de artistas-educadores conduzindo as atividades.

A Secretaria Municipal de Cultura abre periodicamente um edital para selecionar artistas, onde são avaliados formação, trajetória, vínculo com o território e experiência de trabalho com as infâncias. Durante os dois anos de prestação de serviço dos artistas, além das atividades com as crianças, eles também participam de formações para o desenvolvimento do seu repertório artístico pedagógico.



A prefeitura de Fortaleza (CE) lançou o "Primeiros Caminhos", um guia que convida crianças de zero a seis anos e seus cuidadores a desfrutar dos espaços culturais e na natureza que a cidade oferece. Inclui roteiros em equipamentos históricos, locais que proporcionam convívio com a natureza e espaços voltados para o brincar livre. *Foto: Marcos Moura.*

Brincar também é cultura

Para incentivar, potencializar e valorizar a cultura do brincar, a cidade de Fortaleza (CE) organiza o Vem Brincar, evento quinzenal que promove atividades como contação de histórias e oficinas de arte, e busca fortalecer os vínculos entre cuidador e criança. Os eventos acontecem geralmente no parque Cidade das Crianças e, esporadicamente, em bairros da cidade.

Para atrair o público-alvo, isto é, crianças pequenas e seus cuidadores, são organizadas contações de história, atividades de pintura e atrações musicais, além da instalação de fraldários, espaços de amamentação e vacinação. A comunicação dos eventos é centrada nas crianças pequenas em parceria com blogs sobre maternidade e outros canais de comunicação para atingir o público de cuidadores.

Cultura como política pública de primeira infância

A Secretaria de Cultura e Turismo da cidade de Sobral (CE) readequou os equipamentos de cultura para fornecer uma programação de qualidade para a primeira infância. A mudança veio após a execução das Cirandas de Formação na cidade – encontros formativos mensais que aconteceram em



Ruas de Brincar, Clubinho do Patrimônio, Cinema na Casa de Cultura e Escola de Música com aulas para primeira infância são algumas das atividades ofertadas em Sobral (CE) para crianças de zero a seis anos. Na imagem, atividades de um domingo de lazer na Estação das Artes da cidade. *Foto: Felipe Abud.*

2022 dentro dos projetos apoiados pela iniciativa Urban95 e com consultoria do CECIP *(ver Volume 3*). Os encontros sensibilizaram os servidores, os técnicos e os gestores de todas as secretarias sobre os principais temas relacionados à primeira infância.

Esse evento atingiu em cheio a pasta de cultura, que já tinha o desejo de ampliar suas ações para o público da primeira infância. O primeiro passo para isso foi a formação dos técnicos e dos mediadores dos equipamentos culturais de Sobral. Cada equipamento – Casa de Cultura, Theatro São João, Museu Madi, Casa Capitão-Mor, Escola de Música, Complexo Cultural Estação das Artes e Centro de Referência ao Turismo – elaborou um diagnóstico para entender seu público e juntos descobriram que quem mais acessava os patrimônios culturais eram estudantes de escolas particulares e de cidades próximas.

Assim, para alcançar as crianças da própria cidade e atingir a primeira infância, Sobral adotou duas estratégias: cada equipamento desenvolveu uma programação para acolher bebês, crianças e cuidadores e, paralelamente, a gestão de cultura fortaleceu parcerias com outros equipamentos que atendem as crianças, como escolas e centros de assistência social.

“A cultura começa a partir do momento que me levanto, pela minha história e pelos lugares por onde eu passo. O bebê, a criança e o cuidador estão produzindo cultura o tempo todo.”

Simone Passos, Secretária de Cultura e Turismo de Sobral (CE)

Um bom exemplo da iniciativa foi a criação do Salãozinho das Artes. Anualmente, a cidade realiza o Salão das Artes, convidando artistas locais a expor suas obras na Casa de Cultura. Dessa forma, em 2022 e 2023, realizaram os Salãozinhos de Artes, voltado para bebês, crianças pequenas e suas famílias. Para isso, técnicos da Casa de Cultura fizeram uma formação com os educadores das creches CEI Maria José e CEI Terezinha Rodrigues da Silva sobre artes visuais. **Nesses salãozinhos, as crianças produziram seus desenhos e os expuseram em uma mostra com expografia própria para as infâncias, com quadros na altura de 90 cm e brinquedos espalhados no espaço, tendo como convidados seus cuidadores e outras crianças.**

Já para descentralizar o acesso aos equipamentos culturais, a Secretaria criou o projeto Percurso Cultural, que oferece transporte gratuito a escolas e outros equipamentos para levar os pequenos aos espaços de cultura.

Simone Passos, Secretária de Cultura e Turismo da cidade de Sobral (CE), ressalta que as ações de incentivo à cultura não se fazem só. *“A cultura é uma política transversal e não tem como caminhar sozinha se outras secretarias e a gestão não entenderem a potência de uma secretaria como essa”*, avalia. Ela ainda ressalta que, ao contrário das creches e dos serviços de assistência social, a cultura não consegue estar o tempo todo nos territórios, principalmente nos mais vulneráveis: *“É com esses equipamentos que precisamos fazer a ponte. A mediação com a cultura começa quando uma professora fala sobre a história do museu que a turma vai visitar em excursão, quando um técnico do CRAS sugere uma ida a um centro cultural, por exemplo”*.

ESTUDO DE CASO

Fábrica das Infâncias Japy, Jundiaí (SP)



Instalado em uma antiga fábrica de tecelagem e readequada para acomodar ações culturais para as infâncias, o espaço municipal foi inaugurado em 2021 como sede do Comitê de Crianças, vinculado à Unidade de Gestão de Cultura e fazendo parte do conjunto de equipamentos públicos da prefeitura da cidade de Jundiaí. Assim como a antiga fábrica têxtil, o espaço leva este nome por sua nova vocação de tecer, de modo criativo e não convencional, experiências positivas e memoráveis para as crianças.

O projeto do espaço foi realizado pelo Ateliê Navio em parceria com a iniciativa Urban95 e é também o equipamento central da primeira Área da Infância de Jundiaí, espaço no entorno da Fábrica que oferece um ambiente seguro e atrativo para as crianças e suas famílias *(ver Volume 1)*.

A qualidade arquitetônica e os serviços oferecidos pela Fábrica das Infâncias Japy têm sido referência para a construção de outros equipamen-

As culturas das infâncias são incentivadas com espaços externos e internos amplos para o brincar e mobiliários que incentivam a ludicidade. *Fotos: Prefeitura de Jundiaí.*



tos e programas de cultura. O espaço tem uma programação permanente de atividades formativas e culturais voltadas para os pequenos, como oficinas de pintura, aulas de circo, contação de história e até um coral para crianças com menos de seis anos.

A pasta de cultura tem um programa junto com a assistência social para levar as crianças assistidas pelo Criança Feliz às oficinas oferecidas pela Fábrica, garantindo o acesso às políticas de cultura. *"Há também aulas de dança materna, o Baby Fusion, porque a gente quer que o cuidador que mora no bairro conheça a Fábrica e a cultura das infâncias, e possa retornar com seu bebê para aquele espaço"*, explica Marcelo Peroni, gestor de cultura de Jundiaí (SP).*estão indo em busca de uma atividade cultural para seu filho, que é nosso objetivo final"*, conclui Marcelo.

ESTUDO DE CASO





A conexão entre mãe e bebê é fortalecida por meio da dança no projeto Baby Fusion, criado pela professora de dança Paula Agnello. A metodologia parte do uso do sling, pano que mantém a criança próxima à cuidadora, durante toda a dança. A Unidade de Gestão de Cultura (UGC), em parceria com a Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social (UGADS) de Jundiaí, oferece oficinas periódicas de Baby Fusion a gestantes e mães atendidas pela rede socioassistencial e que recebem as visitas do programa Criança Feliz. *Fotos: Prefeitura de Jundiaí.*

Orçamento garantido para cultura e infâncias

A cidade de Jundiaí tem um orçamento próprio para a infância na área de cultura, garantindo ações permanentes, formação de mediadores e contratação de artistas qualificados. O recurso – que para 2023 teve o valor de R$ 2.463.475,00, para uma cidade de 423 mil habitantes (Censo 2020) – permite que ações de cultura estejam previstas em equipamentos como escolas e bibliotecas, e que os grandes eventos culturais da cidade, como a Festa da Uva, sempre tenham ações voltadas para a primeira infância. *"A produção artística percebeu que havia um orçamento dedicado às infâncias. Isso tem aumentado a produção cultural e, consequentemente, a qualidade da produção artística para as infâncias. Percebemos um aprimoramento, porque a concorrência aumenta"*, conta Marcelo Peroni, gestor da Unidade de Gestão e Cultura (UGC) de Jundiaí.

Como resultado, em 2022 Jundiaí promoveu 189 ações culturais para o público de zero a seis anos; e, em 2023, essas ações subiram para 287. *"É quase uma ação por dia oferecida de maneira gratuita. Assim como a gente dobrou o número de ações, a gente dobrou o número de público. As pessoas estão indo em busca de uma atividade cultural para seu filho, que é nosso objetivo final"*, conclui Marcelo.

Cultura na Fábrica das Infâncias

Tempo de atuação: Desde dezembro de 2021.
Objetivo: Oportunizar a experimentação artística, formativa, criativa e reflexiva sobre as brincadeiras e as infâncias.
Público-alco: Gestantes, pais, bebês, crianças, familiares e cuidadores em geral.
Secretarias envolvidas no uso cultural do equipamento: Unidades de Gestão de Cultura (UGC), Educação (UGE) e Assistência e Desenvolvimento Social (UGADS).
Etapas percorridas: 1. Mapeamento e diagnóstico do território > **2.** Escuta participativa com Comitê das Crianças e estudantes de escolas municipais do território > **3.** Definição da equipe de trabalho > **4.** Organização dos serviços e da ambiência > **5.** Plano de comunicação interno (equipe-visitantes) e externo (comunidade) > **6.** Monitoramento dos resultados.

Cultura, um combustível vital na primeira infância

Por Ana Cláudia de Arruda Leite

Certa vez fui a uma exposição de arte com minha filha, na época com nove meses. Logo no primeiro andar havia uma obra monumental, em escala e em força simbólica. Os olhos, os gestos, os sons e todo o corpo de minha filha pulsavam e se expressavam diante da obra. Houve um encantamento, um encontro. **A arte ali parecia cumprir sua sina: gerar deslocamentos, afetos e aguçar a percepção. E, no caso de um bebê, muitas novas sinapses!** Era como se o mundo tivesse se suspendido e a convidado para dançar em uma imersão poética.

A cultura leva um povo a se conhecer, nutre a alma e serve de chão para o Ser se exprimir no mundo. Seja diante de obras consagradas em museus, seja em uma manifestação da cultura popular em uma comunidade tradicional, todos já devem ter sentido esse enlevo que a arte provoca quando nos toca profundamente. Mesmo um bebê pequeno percebe e se encanta à sua maneira com as cores, as texturas, os cheiros e as formas da natureza e da cultura.

A infância se beneficia deste alimento simbólico, estético e coletivo que é a arte. Há uma disponibilidade interna da criança para encontrar o outro e o mundo, e uma sensibilidade aguçada para perceber as nuances da vida e adentrar em suas linguagens. Mas o adulto pouco percebe as culturas das crianças e o brincar como linguagem e expressão livre e criadora. Assim como pouco valoriza a riqueza e a profundidade das culturas das infâncias, isto é, do conjunto de brinquedos, brincadeiras, músicas, histórias e demais produções feitas pelos adultos para as crianças.

Por um lado, é preciso criar caminhos para valorizar e fomentar as culturas das e para as infâncias. Por outro, é importante romper com a lógica que restringe o acesso à cultura na primeira infância apenas às produções direcionadas a este público, pois bebês e crianças têm o direito de conhecer e experienciar o imenso e diverso patrimônio cultural da humanidade e construir suas próprias ressonâncias. Trago esse alerta para sairmos do lugar comum de que precisamos sempre trazer o mundo mediado, traduzido, simplificado e até infantilizado à criança e, sobretudo, ao bebê.

Vide como exemplo os contos de fadas: são raras as edições que trazem as versões originais das histórias. A maioria dos textos é resumida, ilustrada e com um vocabulário pobre em narrativa e imagens. Dos contos, fica somente a casca. A alma, o "espírito" da obra, se esvaiu. Isso acontece com muito do que é feito e disponibilizado para as crianças: são, infelizmente, engendradas na lógica da indústria do entretenimento, do consumo e da publicidade.

Isso chega inclusive às escolas, que deveriam ser um dos ambientes inspiradores da cultura, mas se tornam um instrumento de empobrecimento quando trazem música, livros, materiais de arte e brinquedos sem qualidade e diversidade; personagens e publicidades infantis transvestidas de atividades culturais, algumas até promovidas por empresas. É imprescindível um compromisso conjunto do Estado, da sociedade e da família para se contrapor ao consumismo e à precariedade simbólica na formação das novas gerações.

É urgente construir uma sólida interface entre educação e cultura, considerando a arte e a cultura como práticas e modo de conhecimento das experiências estéticas e não como instrumentalização para fins pedagógicos. Importante também rever a formação básica e continuada dos professores, que pouco priorizam a arte, o corpo, a ludicidade, e reconhecer as práticas e os saberes culturais dos territórios brasileiros.

Além das escolas, os espaços ao ar livre e na natureza, como as praças e os parques, também ganham em vitalidade e beleza quando são pensados à luz da cultura e das crianças. Quando criamos um ambiente propício ao brincar, ao lazer e ao convívio comunitário não apenas as crianças se beneficiam, mas toda a sociedade. As praças tornam-se espaços de lazer, de convívio intergeracional e de arte e cultura e transformam a relação de seus moradores com a cidade. A cultura deixa de ser pensada apenas para poucos e em espaços específicos, para estar na rua e em diálogo com a cidade. Boa Vista (RR) é um grande exemplo, investindo em espaços lúdicos com design, materiais e estímulos diversos e elementos da natureza e da cultura da região, como as esculturas gigantes da fauna amazônica.

Por tudo isso é tão importante ampliar o olhar para as necessidades de bebês e crianças de modo a não restringir as políticas e os programas para a primeira infância apenas às áreas da saúde, assistência social e educação. O desenvolvimento e a dignidade do ser humano desde a tenra infância não cessa na comida, mas sim principia. Deve ir até onde a imaginação alcança. Por isso, um país que cuida de seu povo precisa priorizar a cultura, pois ela cria ethos e serve de combustível à imaginação.

ANA CLÁUDIA ARRUDA LEITE é mãe, mestra em ciências sociais da educação e graduada em pedagogia pela PUC-SP. Participou do Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância, da Universidade de Harvard e NCPI, e da Escola da Rede de pós-graduação em Infância e Juventude da Clacso-Unesco, no Uruguai. Foi coordenadora da pós-graduação "Infância, educação e desenvolvimento social", no Instituto Singularidades. Desde 2013 trabalha no Instituto Alana, sendo atualmente assessora de educação e infância.

Desafios e perspectivas para a política de primeira infância no Brasil

Por Isabella Gregory

O Brasil possui uma das legislações mais avançadas do mundo no que diz respeito à primeira infância, além de boas diretrizes para a educação infantil, fluxos detalhados nos serviços de saúde e assistência social. Nossas leis são referência no exterior. Todas as crianças que aqui vivem podem dizer que são sujeitos com direitos garantidos em lei com prioridade absoluta. Mas, quando as escutamos falar sobre suas realidades, o cenário é outro: infelizmente, a maioria não consegue acessar seus direitos e não desfruta de condições básicas para o seu desenvolvimento pleno.

> **"Não moro mais no morro... Agora moro numa casa que não escuta tiros e não tem escada."**
>
> **"Não tem médico no posto."**
>
> **"O lixo é feio na rua e tem que ficar nas caixas (lixeiras)."**
>
> **"Queria um parque e um prédio... não sei o que é pra fazer, mas pode fazer um parque perto da minha casa, só para brincar com minhas amigas pequenas e grandes."**
>
> **"Queria uma casa bonita, um parquinho e uma escada rolante pra subir o morro."**

Relatos de crianças sobre a cidade e os serviços que frequentam para os Planos Municipais pela Primeira Infância de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Os dados confirmam as percepções das crianças. Um relatório do Pacto Nacional pela Primeira Infância, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), avaliou treze indicadores e verificou que nenhum está em condições ideais e, desses, quatro estão em níveis alarmantes: mortalidade materna, partos cesáreos, crianças em creches e crianças em domicílios de baixa renda.

A mortalidade materna no Brasil passou de 55,3 óbitos maternos para cada 100 mil nascidos vivos em 2019, para assustadores 110,3 em 2021, voltando ao patamar de 53,5 em 2022. Taxas elevadas de mortalidade materna estão associadas a serviços falhos desde o planejamento sexual e reprodutivo à assistência pré-natal, ao parto e ao puerpério.

O Brasil teve 58,1% de partos cesáreos em 2022, enquanto a Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza que apenas cerca de 15% dos partos necessitam de intervenções cirúrgicas.

Outro ponto é que o Plano Nacional de Educação (PNE) tem como uma de suas metas ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos de idade até 2024. Em 2022, o Brasil teve apenas 39,5% das crianças em creches.

Segundo dados do Unicef, ao menos 32 milhões de crianças (63% do total) vivem na pobreza no Brasil, em suas múltiplas dimensões: renda, educação, trabalho infantil, moradia, água, saneamento e informação.

O Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016) trouxe um grande avanço para as políticas públicas, especialmente por destacar a importância da ação do Estado de forma intersetorial e prioritária. Em seus oito anos de implementação, tivemos avanços relevantes como a disseminação de políticas públicas para essa etapa da vida e o desenvolvimento de programas, benefícios e planos por todos os entes federativos. Mas, se tanto avançamos, por que os dados são tão alarmantes? Onde estamos errando? O que precisamos fazer para que as palavras presentes nos artigos científicos, nas diretrizes e nas legislações se transformem em comida no prato, sorriso no rosto e brincar livre?

A boa notícia é que nós, adultos e crianças, sabemos o que precisa ser feito. Temos evidências científicas e boas práticas suficientes que indicam o caminho. Os dados, embora ruins, nos orientam para o que é prioritário.

Intersetorialidade na prática

Um dos caminhos para enfrentar esses desafios é pavimentado por uma palavra repetida constantemente nos três volumes do qual esta publicação faz parte: a intersetorialidade. É o que nos traz o professor Vital Didonet na introdução deste volume, quando nos conta do reconhecimento da criança como um ser integral, cujo desenvolvimento é influenciado por fatores interconectados – desde a saúde e educação até aspectos culturais, sociais e econômicos. É, também, o que os exemplos apresentados neste volume nos mostram na prática.

Iniciativas como o Programa Mãe Coruja, em Recife (PE), e o Família que Acolhe, em Boa Vista (RR), exemplificam como a integração de diferentes pastas governamentais pode transformar a realidade das crianças e cuidadores, oferecendo suporte desde a gestação até os primeiros anos de vida das crianças. Esses programas envolvem diversas secretarias e setores da administração pública, desde a sua gênese. Oferecem serviços integrados como visitas domiciliares, acompanhamento pré-natal, apoio à parentalidade, cursos profissionalizantes, acesso a direitos, benefícios sociais, entre outros.

A intersetorialidade deve acontecer não só em grandes programas que têm fluxos bem definidos, mas também entre os serviços existentes nos territórios. Os equipamentos de uma determinada área, em sua maioria, atendem às mesmas famílias, independentemente se é uma creche, uma Unidade Básica de Saúde (UBS), um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Sem dúvida, a qualidade do serviço melhora quando há comunicação entre os profissionais desses equipamentos. Além disso, os recursos são otimizados porque, quando se oferta um serviço básico de qualidade, a demanda de

acesso aos serviços de alta complexidade é menor.

Na busca por institucionalizar a intersetorialidade, o município de São Paulo (SP) incluiu em seu Plano Municipal pela Primeira Infância a obrigatoriedade de construir protocolos integrados. O primeiro deles foi o protocolo de atenção à primeiríssima infância, com ferramentas como a jornada de ofertas básicas para esse público e os fluxos de alerta. A construção do protocolo envolve a escuta dos profissionais e de técnicos da ponta, incorporando no documento as práticas que já fazem parte do dia a dia dos profissionais. Assim, as práticas efetivas que antes eram informais passam a ser institucionalizadas e ganham legitimidade.

Um outro aspecto relevante da intersetorialidade é a integração de dados, que também é tema no Volume 3 deste conjunto de publicações.

Não à toa, a criação de um sistema que conecte as diferentes bases de dados das áreas de saúde, educação, assistência, proteção, justiça, direitos humanos e outras áreas que se relacionam com a proteção das infâncias é um dos eixos do documento de recomendações para a construção da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, construído em 2024 pelo GT Primeira Infância, do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Aplicado do Governo Federal. A ideia desse sistema é facilitar a tomada de decisão nos vários níveis de gestão. Desde quem atua diretamente com a criança, que poderá acompanhar o seu histórico nos serviços essenciais; passando pelos gestores das regionais dos municípios, que podem identificar e encaminhar alertas de risco; chegando aos gestores de cada pasta, que podem direcionar recursos de acordo com as necessidades.

Serviços básicos

Um ponto em comum entre as boas práticas apresentadas neste volume é que, mesmo aquelas que estão enraizadas em áreas fins, como saúde, assistência e educação, possuem componentes intersetoriais.

Em Pelotas (RS), por exemplo, há o Pacto Pelotas Pela Paz, um plano de segurança pública com estratégias para reduzir a violência, que acontece de forma intersetorial desde 2017. A partir do contato com a iniciativa Urban95, em 2020, a cidade incorporou as lentes da primeira infância no Pacto, incluindo ações de urbanismo tático para melhorar a segurança viária nos entornos escolares. **A cidade também priorizou famílias com crianças na primeira infância em seus programas de habitação social, e políticas setoriais como um todo vêm trazendo a primeira infância como prioridade, incentivadas por um grupo de trabalho que envolve todas as secretarias.**

Alcinópolis (MS) também trouxe a primeira infância para várias das políticas existentes no município. As cestas de alimentos que eram montadas com o excedente das hortas escolares agora são destinadas com prioridade para as gestantes. A Secretaria de Saúde passou a promover a Ação Kids, iniciativa que proporciona um dia de brincadeiras, consultas médicas,

vacinação, grupos de gestantes e grupos de apoio parental. Cantinhos de leitura foram instalados em vários equipamentos de primeira infância – como escolas, a biblioteca e a Apae – e os profissionais que atuam nestes espaços receberam formação sobre seleção de acervo, mediação de leitura e dinamização do espaço.

Experiências como estas mostram que, embora a cultura da setorialização seja forte na gestão pública, há formas de fazer diferente. Políticas setoriais já existentes, ao receber a lente da primeira infância, aprimoram o que já vinha sendo feito.

Ainda são muitas as cisões entre o que os nossos marcos normativos trazem e o que ocorre na prática cotidiana. É preciso que todos nós, enquanto sociedade, cada um no seu papel, façamos valer o artigo 227 da Constituição:

> **É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.**

Pensemos juntos: Qual a notícia que você gostaria de ler daqui dez anos? O fim da insegurança alimentar, da fome, da pobreza, do racismo, de todas as formas de violência e discriminação?

Para isso, precisamos aprender a somar e a agir em conjunto, oferecendo condições equitativas para que todas as crianças possam atingir o seu pleno potencial de desenvolvimento.

ISABELLA GREGORY é pedagoga, especialista em planejamento, implementação e gestão de educação a distância. Participou do programa de educação para mudança de comportamento (Insead Business School) e do curso em liderança executiva para o desenvolvimento da primeira infância (Harvard). Já trabalhou como professora de educação infantil, coordenadora pedagógica e gestora de projetos sociais. Integrou a equipe da Secretaria Executiva da Rede Nacional Primeira Infância no CECIP e, atualmente, coordena a iniciativa Urban95 Brasil, também pelo CECIP.

Referências

Introdução – Políticas para a primeira infância sob o olhar holístico da criança

Jornadas autobiográficas: Narrativas e memórias para a formação do educador, de Adriana Friedmann. Panda Educação, 2023.

Quem é o bebê: a construção do humano na contemporaneidade, de Isabel Marin Kahn, Maria Teresa Venceslau Carvalho e Regina Orth de Aragão. Blucher, 2022.

Sociologia da Infância: correntes e confluências, de Manuel Sarmento. Em: *Estudos da infância – Educação e práticas sociais,* organizado por Manuel Sarmento e Maria Cristina Soares de Gouvea. Vozes, 2008.

Capítulo 1 – Programas intersetoriais de primeira infância

A intersetorialidade nas políticas para a primeira infância. Rede Nacional Primeira Infância. Disponível em: <https://bit.ly/Intersetorialidade_RNPI>.

Caminhos e aprendizados para iniciativas focadas na primeira infância. NCPI. Disponível em: <https://bit.ly/CaminhosNCPI>.

Impacto da política pública para a primeira infância de Boa Vista em crianças de 4 a 6 anos – Leitura de resultados. Eduardo Capocchi e David Silva. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) e Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (Nupps/USP).

Capítulo 2 – A saúde e a primeira infância

Flor do Mandacaru – Escuta atenta e ação com afeto: conheça o programa de saúde sexual e prevenção à gravidez de adolescentes na cidade de Sobral, no Ceará. Disponível em: <https://bit.ly/FlorMandacaru_Guia>.

Leveraging the biology of adversity to address the roots of disparities in health and development, de Jack Shonkoff. PNAS. 2012;109 (suppl 2):17302-17397. Disponível em: <https://bit.ly/Shonkoff>.

Neuroscience, molecular biology, and the childhood roots of health disparities: building a new framework for health promotion and disease prevention, de Jack Shonkoff, Thomas Boyce, Bruce McEwen. JAMA. 2009 Jun 3;301(21):2252-2259.
Disponível em: <https://bit.ly/neurosciencia_saude>.

Investing in the foundation of sustainable development: pathways to scale up for early childhood development. Advancing Early Childhood Development: from Science to scale, de Linda Richter e outros. Lancet, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/escala_PI>.

Plano Municipal pela Primeira Infância Campineira (PIC). Prefeitura Municipal de Campinas. Disponível em: <https://pic.campinas.sp.gov.br/propostas>.

Plano Nacional pela Primeira Infância. Rede Nacional pela Primeira Infância. Disponível em: <https://bit.ly/PNPI_RNPI>.

Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança – Orientações para implementação. Brasil. Ministério da Saúde. Disponível em: <https://bit.ly/BoasPraticas_PNAISC>.

Portaria nº 1.130, de 5 de agosto de 2015. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasil. Ministério da Saúde. Disponível em: <https://bit.ly/_PNAISC>.

Capítulo 3 – Assistência social e primeira infância

Capacita SUAS. Caderno 2. Secretaria Nacional de Assistência Social.
Disponível em: <https://bit.ly/CapacitaSUAS_2>.

Cenário mundial das políticas de primeira infância, de Gaby Fujimoto. Em:
Primeira infância: Avanços do Marco Legal da Primeira Infância. Centro de Estudos e Debates Estratégicos, Câmara dos Deputados.
Disponível em: <https://bit.ly/Avancos_MLPI>.

Criança Feliz: Guia para a visita domiciliar. Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano, Ministério do Desenvolvimento Social. 2017.
Disponível em: <https://bit.ly/VisitaCF>.

Decreto presidencial nº 8.869, de 05 de outubro de 2016. Institui o Programa Criança Feliz. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/Decreto_CF>.

Decreto presidencial nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Convenção sobre os Direitos da Criança. Presidência da República.
Disponível em: <https://bit.ly/Convencao_Criancas>.

Importância dos vínculos familiares na primeira infância. Estudo II. NCPI.
Disponível em: <https://bit.ly/VinculosNCPI>.

Integração das ofertas socioassistenciais: um olhar para a primeira infância. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <https://bit.ly/IntegraçãoMDS>.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8069.htm>.

Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>.

Lei nº 12.722, de 03 de outubro de 2012. Dispõe sobre o Benefício para Superação da Extrema pobreza na Primeira Infância, alterando legislações, dentre outras providências. Presidência da República. Disponível em: <https://bit.ly/Lei12722>.

Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), dentre outras providências. Presidência da República.
Disponível em: <https://bit.ly/Lei13257>.

Nossa História - Da gestação aos dois anos: os primeiros 1000 dias do bebê. Urban95. Vídeo. Disponível em: <https://bit.ly/NossaHistoria_Video>.

Nossa História - Da gestação aos dois anos: os primeiros 1000 dias do bebê. Urban95. Álbum. Disponível em: *<https://bit.ly/NossaHistoria_Album>*.

Orientações técnicas: A participação do SUAS no Programa Criança Feliz. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social, Disponível em: <https://bit.ly/SUAS_CF>.

Perguntas frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <https://bit.ly/Perguntas_SCFV>.

Podcast Caminhos Possíveis. Disponível em: <https://bit.ly/CaminhosPossiveis>.

Portaria MDSA nº 223, de 8 de junho de 2017. Dispõe sobre a utilização dos recursos do cofinanciamento federal para o repasse de subsídios financeiros às famílias acolhedoras no âmbito do SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Disponível em: <https://bit.ly/Portaria_FamiliaAcolhedora>.

Portaria MS nº 1.459, de 24 de junho de 2011. Institui a Rede Cegonha no SUS. Ministério da Saúde. Disponível em: <https://bit.ly/MS_Cegonha>.

Recomendações para priorizar as crianças no governo estadual. Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal. Disponível em: <https://bit.ly/Recomendacoes_FMCSV>.

Resolução CNAS nº 109, de 15 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Conselho Nacional de Assistência Social. Disponível em: <https://bit.ly/Tipificacao_Assistencia>.

Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência Social. Disponível em: <https://bit.ly/CNAS145>.

Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1, de 18 de junho de 2009. Aprova o Documento "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes". 2. Ed. Brasília: CNAS e CONANDA. Disponível em: <https://bit.ly/CNAS_CON_01>.

Resolução CNAS nº 7, de 18 de maio de 2016. Aprova o II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026). Conselho Nacional de Assistência Social.
Disponível em: <https://bit.ly/CNAS_07>.

Resolução CNAS nº 19, de 24 de novembro de 2016. Institui o Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Conselho Nacional de Assistência Social. Disponível em: <https://bit.ly/CNAS_2016_019>.

Resolução CNAS nº 20, de 24 de novembro de 2016. Aprova os critérios de partilha para o financiamento federal do Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Conselho Nacional de Assistência Social.
Disponível em: <https://bit.ly/CNAS_2016_020>.

Resolução CNAS/MDS nº 117, de 28 de agosto de 2023. Aprova a Reordenação das ações de assistência social do Programa de Criança Feliz em consonância com o programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social, instituindo a nomenclatura Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz.
Disponível em: <https://bit.ly/Reordenamento_CF>.

Secretaria Nacional de Assistência Social – Ações 2023. Ministério do Desenvolvimento Social, Assistência Social, Família e Combate à Fome.
Disponível em: <https://bit.ly/SNAS_Acoes2023>.

Capítulo 4 – A educação infantil e as infâncias

Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021. Todos pela Educação. Editora Moderna. Disponível em: <https://bit.ly/AnuarioEducacao2021>.

Capítulo 5 – A criança e a cultura

The culture of childhood: We've almost destroyed it. Peter Gray.
Disponível em: <https://bit.ly/4celxge>.

Conclusão – Desafios e perspectivas para a política de primeira infância no Brasil

As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil, Unicef. Disponível em: <https://bit.ly/Unicef_Pobreza>.

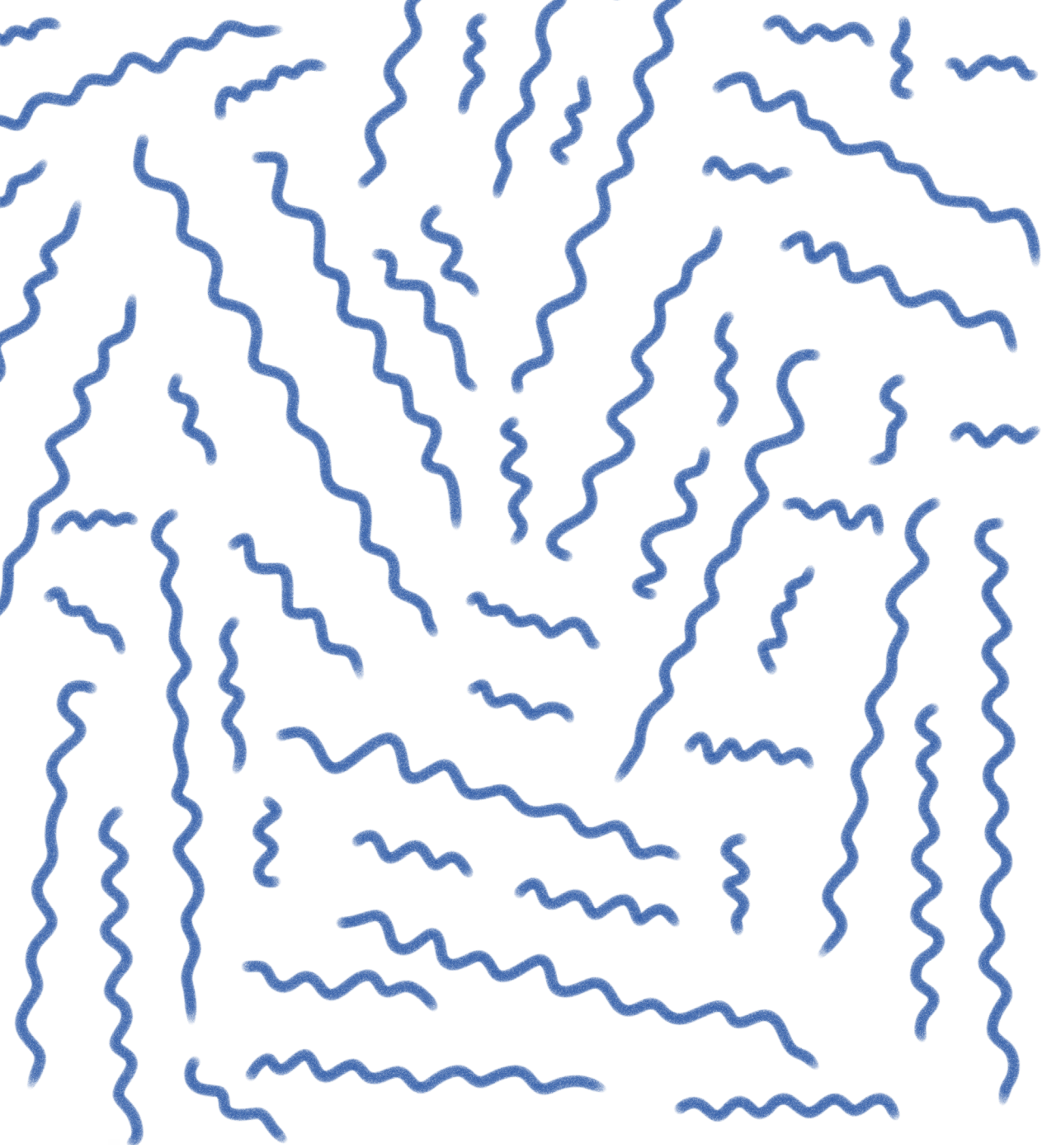
Constituição Federal do Brasil. Governo do Brasil. Disponível em: <bit.ly/Constituicao>.

Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016).
Disponível em: <https://bit.ly/MarcoLegal_PI>.

Pacto Nacional Primeira Infância.
Disponível em: <https://portal.tce.go.gov.br/pacto-da-primeira-infancia>.

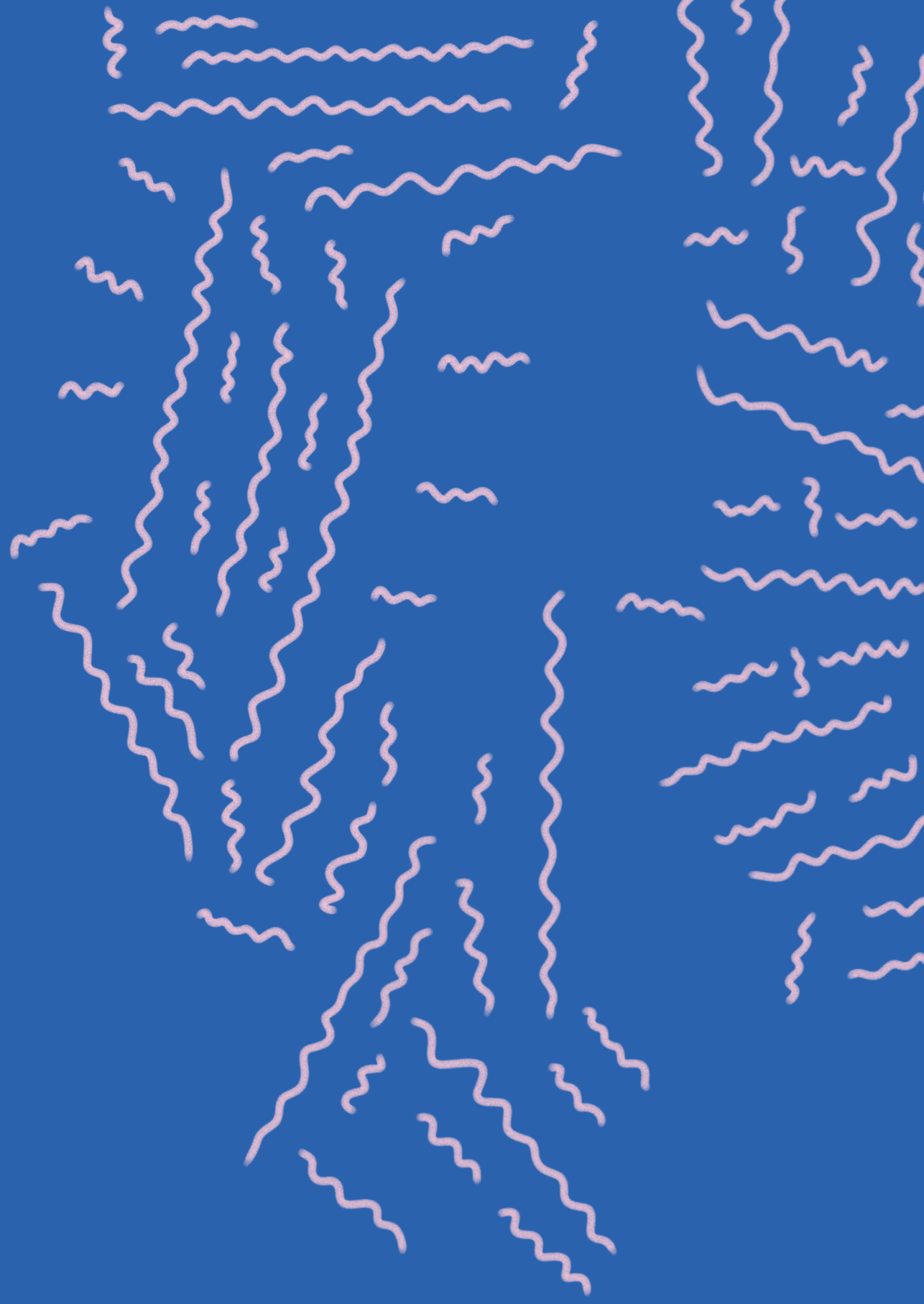
Relatório: Recomendações para a construção da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância. Grupo de Trabalho Primeira Infância do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável. Disponível em: <https://bit.ly/Relatorio_PNIPI>.

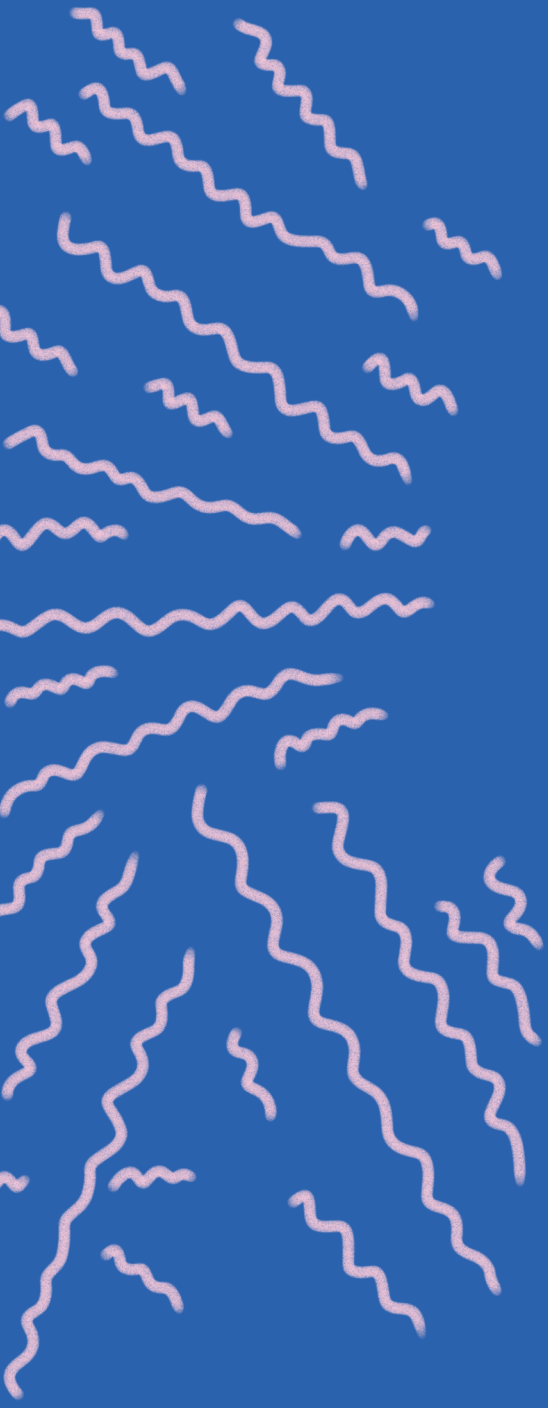
Mantenha-se informado sobre novos materiais em: https://urban95.org.br/biblioteca/



Esta obra está sob uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA). Pode ser reproduzida com atribuição ao CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular e FVL – Fundação Van Leer e para qualquer finalidade não comercial. Novas criações devem ser licenciadas sob termos idênticos.

Esta publicação foi composta nas fontes Work Sans e Inter.





SE VOCÊ PUDESSE VIVENCIAR SUA CIDADE A PARTIR DE UMA ALTURA DE 95 CM – A ALTURA MÉDIA DE UMA CRIANÇA DE 3 ANOS – O QUE VOCÊ MUDARIA?

Esta é a pergunta que a iniciativa Urban95 procura responder junto a gestores públicos, cuidadores e crianças na primeira infância, por meio de ações efetivas nos municípios. Para isso, trabalha em três eixos prioritários: **Espaços públicos e natureza**, **Programas e serviços para a primeira infância**, e **Governança e sustentabilidade**. Esses são os temas, também, de cada um dos três volumes que compõem os Cadernos de Boas Práticas da Urban95.

Além de conceitos que estruturam nossa forma de atuar, as publicações reúnem exemplos práticos de intervenções, programas e políticas públicas nas cidades brasileiras em que a Urban95 atua.

Idealizada pela Fundação Van Leer, a Urban95 é uma iniciativa global que, no Brasil, é coordenada pelo CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular.

Iniciativa: URBAN95

Idealização: Van Leer FOUNDATION

Realização: CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular